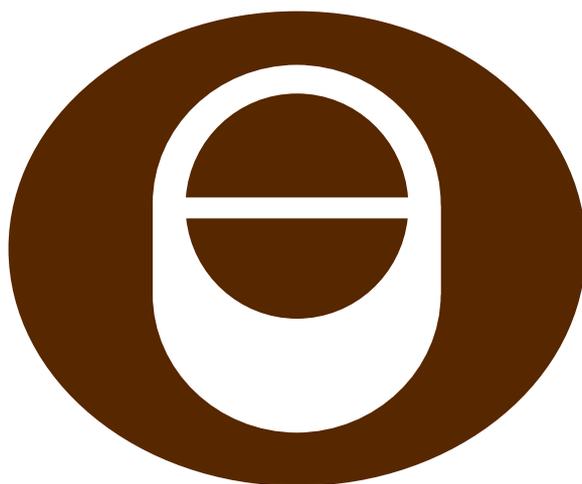


# **ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ**



**1963 – 2013**

50  
anos



ORGANIZAÇÃO  
INTERNACIONAL  
DO CAFÉ

**A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ DE 1963 A 2013:  
50 ANOS SERVINDO A COMUNIDADE CAFEIEIRA MUNDIAL**

**ÍNDICE**

I.	Antecedentes .....	2
	Problemas do comércio de produtos básicos e do café em particular	
	Esquemas de valorização no Brasil no início do século 20	
	Conferência de Bretton Woods em 1944	
	A Carta de Havana	
	Convênios Internacionais do Café de curta duração	
	O Grupo de Estudos do Café	
	Conferência das Nações Unidas de 1962	
II.	OIC – Estrutura e administração .....	5
III.	OIC – Atividades ao abrigo do Convênio de 1962 .....	8
IV.	OIC – Atividades ao abrigo do Convênio de 1968 .....	10
V.	OIC – Atividades ao abrigo dos Convênios de 1976 e 1983 .....	12
VI.	OIC – Atividades ao abrigo do Convênio de 1994 .....	14
VII.	OIC – Atividades ao abrigo do Convênio de 2001 .....	18
VIII.	OIC – Atividades ao abrigo do Acordo de 2007 .....	22
IX.	Promoção .....	25
X.	Conferências Mundiais do Café .....	29
XI.	Relações com outras organizações internacionais .....	30
XII.	OIC – Os decisores .....	31
XIII.	Observações finais .....	37
XIV.	Bibliografia selecionada .....	38

Esta síntese dos primeiros 50 anos da Organização Internacional do Café (OIC) foi preparada por solicitação do Diretor-Executivo, Sr. Robério Oliveira Silva, pelo Sr. Pablo Dubois, Chefe de Operações da OIC de 1997 a 2007 ([pablo@dubois.me.uk](mailto:pablo@dubois.me.uk)), com a assistência da Secretaria da OIC.

## **A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ DE 1963 A 2013: 50 ANOS SERVINDO A COMUNIDADE CAFEIEIRA**

Há cinquenta anos, o primeiro Diretor-Executivo da Organização Internacional do Café (OIC), Dr. João Oliveira Santos, inaugurava os escritórios da OIC no número 47 da Parliament Street, quase à beira do Rio Tâmisa e muito perto do Parlamento britânico em Londres. O lugar era apropriado. A nova Organização na realidade era um Parlamento de representantes de países do mundo todo para os quais o café tinha grande importância, tanto em termos econômicos quanto sociais. A OIC começara a existir, provisoriamente, em 1.º de julho e, definitivamente, em 27 de dezembro de 1963, com a ratificação, pela maioria necessária dos países signatários, do Convênio Internacional do Café de 1962, que fora negociado em Nova Iorque sob a égide das Nações Unidas. No início da vigência desse primeiro Convênio de longa duração, integravam a OIC 32 Membros exportadores, que respondiam por cerca de 95% das exportações mundiais de café, e 22 países importadores, que respondiam por cerca de 90% das importações.

### **I. ANTECEDENTES**

O principal objetivo do Convênio era, através de cooperação internacional, lançar e gerir iniciativas com o propósito de melhorar o funcionamento do mercado global de café. Para compreender plenamente as funções da OIC, no entanto, é preciso voltar no mínimo até 1906, quando o Brasil, tendo-se tornado o maior produtor mundial de café, produzia quantidades que estavam provocando um colapso dos preços no mercado mundial. Reconhecia-se mais e mais que – nas palavras da Carta de Havana (ver abaixo) – alguns produtos básicos como o café poderiam ser afetados por “dificuldades especiais, como a tendência ao desequilíbrio persistente entre a produção e o consumo, o acúmulo de estoques onerosos e as pronunciadas flutuações de preços. Estas dificuldades podem produzir efeitos gravemente prejudiciais aos interesses dos produtores e aos dos consumidores, assim como amplas repercussões capazes de comprometer seriamente a política geral de expansão econômica” (Artigo 55 da Carta).

Esses problemas, além disso, diziam respeito a uma agroindústria que, particularmente nos países produtores, em muitos casos era de enorme importância econômica. Por exemplo, no ano cafeeiro de 1962/63, 10 países em desenvolvimento dependiam de suas exportações de café para obter mais de 50% total de suas receitas de exportação. Do lado consumidor, em meados do século 20, o café se tornara parte integral do ambiente sociocultural. Como a cafeicultura requer climas em que não há geadas, nessa altura também havia uma polarização extraordinariamente clara entre países em desenvolvimento (produtores) e países desenvolvidos (consumidores). Reconhecia-se, naturalmente, que a excessiva dependência

de alguns produtores em relação ao café trazia problemas, mas aceitava-se que a redução dessa dependência exigiria tempo. A respeito desse ponto, a Carta de Havana especifica que um objetivo dos acordos de produtos básicos era “proporcionar, durante o tempo que seja necessário, uma base para o estudo e o desenvolvimento de medidas cujo propósito seja conseguir uma adaptação econômica destinada a promover o aumento do consumo ou a transferência de recursos e mão de obra de indústrias excessivamente desenvolvidas para ocupações novas e produtivas, incluindo, na medida do possível e em casos apropriados, o desenvolvimento de indústrias de transformação baseadas na produção nacional de produtos básicos”.

Em 1906, a resposta aos problemas causados pela queda dos preços do café veio do Brasil, que, liderado pelo Estado de São Paulo, iniciou o primeiro esquema de valorização do café, conhecido como Convênio de Taubaté, a cidade em que se concluiu esse acordo com outros estados produtores de café do Brasil. O esquema, que previa a retenção de café fora do mercado, foi renovado duas vezes em anos subsequentes. Embora a princípio eficaz para elevar os preços, ele incentivou a superprodução e não foi suficiente para lidar com o declínio da demanda de café resultante da recessão global dos anos 30, seguida pela 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial.

Os problemas eram graves e, cada vez mais, os decisores reconheciam sua existência. Esforços para resolvê-los foram feitos, em particular pelos produtores latino-americanos, para quem os Estados Unidos da América eram um mercado importantíssimo. Em 1936 e 1937, duas conferências pan-americanas do café foram realizadas, mas não resultaram em acordos sobre políticas. O Brasil, enquanto isso, destruiu grandes volumes de estoques. Uma importante iniciativa, entretanto, foi o estabelecimento do Bureau Pan-Americano do Café em 1937, com o objetivo de promover o consumo de café nos EUA. Em 1940, os EUA apoiaram um Convênio Interamericano do Café, no qual o Brasil e a Colômbia fixavam quotas para suas exportações com destino aos EUA. Entre 1940 e 1962, diversos outros compromissos e convênios foram concluídos, entre os quais um “Acordo de Cavalheiros” firmado entre os produtores latino-americanos, em 1954, para estabelecer preços mínimos de venda para o café; o Convênio do México, em 1957, também envolvendo produtores latino-americanos; e um Convênio Latino-Americano do Café, concluído em 1958. Em 1958, um Grupo de Estudos do Café também foi estabelecido em Washington para analisar os problemas causados pelas quedas de preços, com um economista brasileiro, o Dr. João Oliveira Santos, no cargo de Secretário-Geral. Em 1.<sup>o</sup> de outubro de 1959 o primeiro Convênio Internacional do Café de curta duração, cobrindo 1959/60 e envolvendo representantes dos países africanos além dos sul-americanos, foi concluído, usando um sistema trimestral de quotas de exportação baseado nas exportações passadas dos países. Trinta e três países foram designados “novos mercados”, e o que se exportasse para eles

não precisava ser debitado das quotas. Seguiram-se dois outros Convênios de curta duração, com vigência em 1960/61 e 1961/62, enquanto o Grupo de Estudos do Café fazia preparativos para um Convênio de longa duração, envolvendo países exportadores e importadores. Um fator-chave que conduziu a um Convênio de longa duração foi uma mudança na política dos EUA, que o Presidente Kennedy enunciou, em 13 de março de 1961, em seu discurso da Aliança para o Progresso, declarando os EUA prontos a cooperar em exames sérios dos problemas do mercado dos produtos básicos. Após completar a redação inicial de um Convênio, o Grupo de Estudos solicitou ao Secretário-Geral das Nações Unidas que convocasse uma conferência de negociação em grande escala. Nessa conferência, que se realizou devidamente na sede das Nações Unidas em Nova Iorque no período de 9 de julho a 25 de agosto de 1962, sob a presidência de S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Mitchell Sharp, do Canadá, foram adotadas as disposições do novo Convênio de longa duração, e este foi aprovado formalmente em uma reunião de um dia realizada em 28 de setembro de 1962.

#### **As instituições de Bretton Woods**

Em 1944, a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, comumente conhecida como Conferência de Bretton Woods, levou à construção da atual base institucional para a cooperação internacional em assuntos econômicos, resultando em instrumentos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Este processo foi ampliado para cobrir o comércio, e propostas foram acordadas na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Emprego, realizada em Havana em 1947/48, para a criação de uma Organização Internacional do Comércio, que seria a terceira base institucional do sistema econômico mundial. O projeto de Acordo se tornou conhecido como Carta de Havana, e seu texto faz menção específica ao uso de convênio de produtos básicos para lidar com problemas comerciais. Por exemplo, um convênio de produto básico poderia ser estabelecido caso “se tenha acumulado ou se teme que se acumule um excedente oneroso de um produto básico que, não havendo medidas governamentais específicas, poderia ocasionar prejuízos graves aos produtores, entre os quais se encontram os pequenos produtores, que representam uma parte substancial da produção total; e que esta situação não poderia ser corrigida pelas forças normais do mercado a tempo de evitar tais prejuízos” (Artigo 62). Vale notar que essas ideias haviam sido postas em circulação por muitos economistas eminentes, entre os quais, em particular, o Sr. John Maynard Keynes, que, em um trabalho publicado na edição de 1938 do *Economic Journal*, defendeu vigorosamente a estabilização dos preços dos produtos básicos mediante intervenção no mercado. O projeto da Organização Internacional do Comércio foi rejeitado pelo Congresso dos Estados Unidos na época. Apenas suas disposições tarifárias, que se tornaram o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), sobreviveram. O Grupo de Estudos do Café, porém, fez amplo uso dos mecanismos delineados na Carta de Havana.

## **II. OIC – ESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO**

A Organização Internacional do Café (OIC) é uma entidade intergovernamental estabelecida por tratado internacional que só pode entrar em vigor sob condições prescritas, nos termos da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados. O Depositário oficial do tratado é a própria Organização. Duas grandes categorias de países Membros são reconhecidas: Membros exportadores e importadores. A tomada de decisões no Conselho Internacional do Café, que é o órgão decisório da Organização, normalmente é por consenso. Na impossibilidade de alcançar consenso, porém, o Conselho adota decisões e faz recomendações por maioria distribuída de 70% ou mais dos votos dos Membros exportadores, presentes e votantes, e 70% ou mais dos votos dos Membros importadores, presentes e votantes, contados separadamente. Os votos são atribuídos aos países Membros com base em sua importância no comércio mundial. Normalmente, eles são aprovados pelo Conselho no início de cada sessão, mas, quando apropriado, documentos propondo sua redistribuição podem ser emitidos, para aprovação. Atrasos no pagamento de contribuições ou outras formas de descumprimento de obrigações podem levar à perda dos direitos de voto.

As decisões e resoluções do Conselho são divulgadas após cada sessão. Em condições normais, uma decisão é tomada após apreciação, pelos Membros, de documentos vindos da Secretaria ou dos Membros, e frequentemente após debate. Além de tomar decisões ou, mais formalmente, adotar resoluções, o Conselho ou outro órgão da OIC pode simplesmente tomar nota de informações ou propostas apresentadas. A conduta das reuniões é prescrita pelo Conselho no Acordo e suplementada por regras complementares. Em todos os casos, documentos que contêm resoluções e propostas ou expõem dificuldades são emitidos pelo Diretor-Executivo. Termos de referência para órgãos subsidiários tais como Grupos de Trabalho frequentemente exigem a publicação de relatórios. Projetos de ordens do dia para todos os órgãos da OIC são distribuídos bem antes das reuniões. Com a publicação de informações adicionais ou novas informações, os projetos de ordens do dia frequentemente são revisados para refletir esta particularidade, e a última versão é submetida à aprovação no início das reuniões.

A Organização funciona em quatro idiomas oficiais: espanhol, francês, inglês e português. Há interpretação simultânea na maioria das reuniões, e a maioria dos documentos é traduzida para os quatro idiomas.

Imediatamente antes das reuniões, é procedimento normal o Diretor-Executivo fazer uma breve exposição oral ou encaminhar notas escritas aos Presidentes de todos os órgãos da OIC e aos principais delegados.

## Órgãos da OIC

Em todos os Convênios passados e no presente Acordo, a autoridade suprema da OIC é o **Conselho Internacional do Café**, que inclui todos os países Membros. Seus termos de referência e poderes são especificados em um Capítulo específico do Acordo. O Conselho é presidido por um Presidente eleito, e a presidência se alterna de um ano para outro entre delegados dos Membros exportadores e importadores, com um Vice-Presidente da categoria de Membros que não detém a presidência no ano de que se trata. Em todos os Convênios, mas não no Acordo de 2007, uma **Junta Executiva**, integrada por 8 Membros exportadores e 8 Membros importadores (7 e 7 no Convênio de 1962), também com poderes e regras específicas governando sua eleição e funções, prestava assistência ao Conselho. Sua remoção do Acordo de 2007 reflete não só um desejo de racionalizar procedimentos, como também a ausência de quotas trimestrais.

Presidentes do Conselho					
Ano cafeeiro	Nome	País Membro	Ano cafeeiro	Nome	País Membro
1963/64	Sr. Miguel Ángel Cordera	México	1988/89	Sr. Tommy Johansson	Suécia
1964/65	Sr. Bent Odevall	Suécia	1989/90	Sr. James Francis Wapakhabulo	Uganda
1965/66	Sr. Roger Joseph Mukasa	Uganda	1990/91	Sr. Kaoru Ishikawa	Japão
1966/67	Sr. Jean Wahl	França	1991/92	Sr. Arnoldo López Echandi	Costa Rica
1967/68	Sr. Miguel Ángel Cordera	México	1992/93	Sr. R.E. van Schaagen	Países Baixos
1968/69	Sr. Gert Spahn	Alemanha (Rep. Fed.)	1993/94	Sr. Simeon Onchere	Quênia
1969/70	Sr. Abdoulaye Sawadogo	Côte d'Ivoire	1994/95	Sr. Harri Maki-Reinikka	Finlândia
1970/71	Sr. Gunnar Kjølstad	Noruega	1995/96	Sr. Paian Nainggolan	Indonésia
1971/72	Sr. René Montes Cobar	Guatemala	1996/97	Sr. Tim Mordan	Reino Unido
1972/73	Sr. J. F. Luthi	Suíça	1997/98	Sr. Fernando Montes	Honduras
1973/74	Sr. Ketema Yifru	Etiópia	1998/99	Sr. Walter Bastiaanse	Países Baixos
1974/75	Sr. J.R. Sharpe	Canadá	1999/00	Sr. Guy-Alain Gauze	Côte d'Ivoire
1975/76	Sr. Fausto Cantú Peña	México	2000/01	Sr. Ferdinando Massimo	Itália
1976/77	Sr. Jean Louis Schweisguth	França	2001/02	Sr. <sup>a</sup> Lakshmi Venkatachalam	Índia
1977/78	Sr. Lesley L. Rutahakana	Tanzânia	2002/03	Sr. Jacques Thinsy	Bélgica
1978/79	Sr. Torsten Westlund	Suécia	2003/04	Sr. Roberto Giesemann	México
1979/80	Sr. Manuel Escalante Durán	Costa Rica	2004/05	Sr. Markus Schlagenhof	Suíça
1980/81	Sr. A. de Bloeme	Países Baixos	2005/06	Sr. Saint-Cyr Djikalou	Côte d'Ivoire
1981/82	Sr. Denis Bra Kanon	Côte d'Ivoire	2006/07	Sr. Mauro Orefice	Itália
1982/83	Sr. <sup>a</sup> Elizabeth Attridge	Reino Unido	2007/08	Sr. Gogineni Venkata Krishna Rau	Índia
1983/84	Sr. René Montes Cobar	Guatemala	2008/09	Sr. David Brooks	EUA
1984/85	Sr. Hans Buchmann	Suíça	2009/10	Sr. Rodolfo Trampe	México
1985/86	Sr. Wilson Omamo	Quênia	2010/11	Sr. Ewald Wermuth	Países Baixos
1986/87	Sr. Robert Merifield	Canadá	2011/12	Sr. Henry Ngabirano	Uganda
1987/88	Sr. René Montes Cobar	Guatemala	2012/13	Sr. David Braun	Suíça

O **Diretor-Executivo** é o principal funcionário administrativo da Organização e, com a assistência da **Secretaria**, que é composta por funcionários de diversas nacionalidades, é responsável pela implementação das disposições do Acordo e das decisões do Conselho. As condições de emprego dos funcionários seguem as das Nações Unidas.

Diversos órgãos funcionam em áreas mais específicas:

A **Conferência Mundial do Café** se reúne de cada quatro a cinco anos, conforme o Conselho determine, congregando representantes de liderança dos setores privado e público, bem como especialistas, para promover os objetivos do Acordo.

O **Fórum Consultivo sobre Financiamento do Setor Cafeeiro** (criado no Acordo de 2007) facilita consultas sobre tópicos relacionados ao financiamento e gestão de risco no setor cafeeiro, dando ênfase às necessidades dos pequenos e médios produtores e das comunidades locais nas zonas de cafeicultura.

A **Junta Consultiva do Setor Privado (JCSP)** é composta de 16 representantes de entidades de liderança do setor dos Membros exportadores e importadores. Facilitando a coordenação entre governos e o setor privado, a Junta analisa questões como o aumento do valor e do volume do consumo de café no mundo inteiro; a difusão de mensagens positivas sobre o café; o desenvolvimento de um setor cafeeiro sustentável; a segurança dos alimentos; a qualidade; e questões alusivas à cadeia da oferta de café.

A Organização tem diversos comitês permanentes:

O **Comitê de Projetos** faz recomendações ao Conselho sobre todas as questões que digam respeito à apresentação, aprovação e financiamento de projetos e a sua implementação e avaliação.

O **Comitê de Promoção e Desenvolvimento de Mercado** faz recomendações ao Conselho sobre questões relativas à promoção do consumo de café e ao desenvolvimento do mercado cafeeiro, que incluem planos de desenvolvimento do mercado e promoção do consumo, o café e a saúde, a análise de novas propostas e providências para o financiamento de atividades.

O **Comitê de Finanças e Administração** faz recomendações ao Conselho sobre questões financeiras e administrativas, entre as quais a aprovação do Orçamento Administrativo e das Contas Anuais da Organização.

O Conselho também pode estabelecer **Comitês** ou **Grupos de Trabalho** ad hoc para lhe prestarem assistência em determinadas tarefas, conforme necessário. Entre eles estão o **Comitê de Estatística** e o **Grupo Central do Fórum Consultivo**.

## **Membros**

O quadro da página 41 mostra os Membros da OIC na vigência do primeiro Convênio e do mais recente Acordo Internacional do Café. O número de países Membros diminuiu um pouco, mas de modo geral o nível de participação de países-chave na Organização tem sido

alto, a despeito da ausência dos Estados Unidos entre 1993 e 2005. Atualmente, os Governos Membros representam 97% da produção mundial de café e mais de 80% do consumo mundial. Dentro das duas categorias específicas de Membros, grupos regionais ou de produtores de determinados tipos de café, tais como os produtores africanos, ou de Outros Suaves, podem se reunir para coordenar suas posições, consoante julguem necessário. Os Convênios passados e o atual Acordo, com as datas das respectivas entradas provisórias e definitivas em vigor, são os seguintes:

Convênio Internacional do Café de 1962	Caráter provisório: 1.º de julho de 1963 Caráter definitivo: 27 de dezembro de 1963
Convênio Internacional do Café de 1968	Caráter provisório: 1.º de outubro de 1968 Caráter definitivo: 30 de dezembro de 1968
Convênio Internacional do Café de 1976	Caráter provisório: 1.º de outubro de 1976 Caráter definitivo: 1.º de agosto de 1977
Convênio Internacional do Café de 1983	Caráter provisório: 1.º de outubro de 1983 Caráter definitivo: 11 de setembro de 1985
Convênio Internacional do Café de 1994	Caráter provisório: 1.º de outubro de 1994 Caráter definitivo: 19 de maio de 1995
Convênio Internacional do Café de 2001	Caráter provisório: 1.º de outubro de 2001 Caráter definitivo: 17 de maio de 2005
Acordo Internacional do Café de 2007	2 de fevereiro de 2011

Salvo mudanças substanciais efetuadas com a eliminação de suas cláusulas econômicas na prorrogação do Convênio de 1968, quase todos os Convênios foram prorrogados sem grandes mudanças por um ou dois anos, conforme necessário. O Acordo de 2007 terá uma vigência mais longa que as dos Convênios anteriores, de 10 anos após sua entrada em vigor, com a possibilidade de outras prorrogações, por 8 anos no máximo.

### III. OIC – ATIVIDADES AO ABRIGO DO CONVÊNIO DE 1962

A Organização iniciou suas operações em 1963, com o ex-Secretário-Geral do Grupo de Estudos do Café, Dr. João Oliveira Santos, do Brasil, no cargo de Diretor-Executivo, exercido por ele até fevereiro de 1968. Entre os objetivos especificados no Convênio estavam:

- alcançar um equilíbrio razoável entre a oferta e a procura em bases que assegurem, a preços equitativos, fornecimentos adequados de café aos consumidores e mercados para os produtores, e que resultem no equilíbrio duradouro entre a produção e o consumo;
- minorar as sérias dificuldades causadas por onerosos excedentes e excessivas flutuações nos preços de café; e
- ajudar a elevar o poder aquisitivo dos países produtores de café pela manutenção dos preços em níveis equitativos e pelo incremento do consumo.

O principal instrumento para alcançar esses objetivos era um sistema de quotas de exportação que iria durar até 1973, cobrindo toda a vigência do Convênio de 1962 e grande parte do de 1968. A participação de cada Membro exportador em uma quota global de exportação se baseava na média de sua produção exportável (total de sua produção anual menos consumo interno) nos dois anos cafeeiros de 1961/62 e 1962/63 ou, então, nos quatro anos cafeeiros de 1959/1960 a 1962/63. Todos os anos o Conselho fixava uma quota global de exportação para todos os países, menos os designados “novos mercados”. Como inicialmente estabelecido, o sistema tinha diversos aspectos rígidos evidentes: não havia um mecanismo automático ligado aos preços para ajustar as quotas depois de fixadas, e não havia mecanismo para o ajustamento independente para tipos distintos de café, como o Robusta. Isso significava que ajustamentos precisavam ser feitos por decisão do Conselho, que, nos dois primeiros meses do Convênio, precisou se reunir cinco vezes. No entanto, a negociação bem-sucedida das mudanças de quotas mostrou que a cooperação entre os Membros era uma realidade e, em março de 1965 um mecanismo semiautomático para ajustar as quotas foi introduzido, usando um sistema de preços indicativos baseado nos preços *ex-dock* dos três principais grupos de café (Arábicas Suaves, Arábicas Não-Lavados e Robustas) em Nova Iorque. O Conselho também estabeleceu uma faixa de 38 a 44 centavos de dólar dos EUA por libra-peso para o preço indicativo e deu poderes à Junta Executiva para ajustar as quotas dentro de certos limites, se os preços caíssem para níveis inferiores ou subissem para níveis superiores a essa faixa.

#### **Seletividade**

Os produtores africanos, em particular, defendiam um sistema de ajustamento seletivo do café para os grupos distintos, em lugar do sistema vigente de ajustamento proporcional da quota básica de cada Membro. O Convênio não previa o ajustamento seletivo, mas estipulava que o Conselho deveria procurar garantir a disponibilidade dos tipos de café que os consumidores desejavam. A questão foi encaminhada a um painel de arbitragem de juristas internacionais, que, em novembro de 1965, decidiu que as quotas deveriam ser ajustadas proporcionalmente, e não por grupos. Em agosto de 1966, porém, o Conselho exerceu seus poderes soberanos e derrubou essa decisão. Isso foi feito pelo acréscimo à quota global de “autorizações especiais de exportação” em volume total de pouco mais de um milhão de sacas. Essas autorizações equivaliam a cerca de 2,5% da quota de exportação de cada país e podiam ser ajustadas seletivamente. Quatro grupos foram então estabelecidos, cada um com seu preço indicativo: Arábicas Suaves Colombianos, Outros Arábicas Suaves, Arábicas Não-Lavados e Robustas. Um sistema de ajustamento proporcional também continuou a funcionar. A seletividade foi então incluída no texto do Convênio de 1968.

Um problema que a Organização enfrentou constantemente durante o primeiro período de quotas foi a alegação, por Membros, de não estarem sendo tratados com justiça no tocante a suas quotas. O Convênio previa a negociação de quotas individuais até 30 de setembro de 1965, mas uma maioria distribuída de dois terços dos votos era necessária para fazer

mudanças, mas não se conseguia obtê-la. Em vez disso, dificuldades eram resolvidas através de um sistema de dispensas que permitia que alguns Membros exportassem volumes acordados de café acima de suas quotas. Essas exportações somaram 1,4 milhão de sacas em 1965/66 e 1,7 milhão em 1966/67, envolvendo 15 e 16 Membros exportadores, respectivamente. Em 1966, decidiu-se que essas dispensas deveriam ser condicionadas a medidas para reduzir a produção. Assim, os Membros que obtivessem dispensas deveriam depositar fundos no equivalente a 20% do valor da dispensa. A importância era mantida para financiamento de esquemas de diversificação e desenvolvimento, sujeitos à aprovação do Diretor-Executivo, nos países Membros de que se tratava.

A preocupação com os efeitos desestabilizadores dos excessos de produção foi a principal razão para formular-se uma política de produção. Além disso, a necessidade de melhores informações sobre todas as opções para a tomada das medidas mais eficazes levou à introdução, em outubro de 1966, de um sistema de verificação de estoques envolvendo a contagem física de estoques, para melhorar a análise da oferta. Um Fundo Especial, para o qual só os Membros exportadores iriam contribuir, financiaria esse exercício.

#### **Estudo tripartido**

Esta iniciativa, empreendida pela OIC em cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e o Banco Mundial, teve por objetivo a realização de uma análise em profundidade da economia cafeeira mundial por economistas eminentes. Embora a versão integral deste estudo não tenha sido publicada apropriadamente, seu diretor participou de um Grupo de Trabalho de Alto Nível que se incumbiu da renegociação do Convênio. Isso levou a controles mais rigorosos e à formação de um Fundo de Diversificação.

Em 1.º de abril de 1965, a Organização se transferiu para seu atual endereço, em 22 Berners Street, no West End londrino, onde formou um corpo de quase 100 funcionários para realizar seu trabalho. Com vistas a alcançar os objetivos do Convênio do lado da demanda, em agosto de 1964 o Conselho também criara um Comitê Mundial de Promoção do Café, e a OIC angariou mais de US\$25 milhões através da cobrança de uma taxa de 15 centavos por saca de café exportado pelos Membros exportadores (ver Promoção, abaixo). Assim, com ênfase na correção do desequilíbrio entre a oferta e a demanda e no aperfeiçoamento dos sistemas de quotas e controles, um novo Convênio, o de 1968, foi negociado em sessões intensas realizadas de agosto de 1967 a fevereiro de 1968.

#### **IV. OIC – ATIVIDADES AO ABRIGO DO CONVÊNIO DE 1968**

Os objetivos do Convênio de 1968 eram os mesmos que os do Convênio anterior. Do lado administrativo, porém, houve mudanças significativas. Após um breve intervalo em março de 1968, quando a OIC foi chefiada pelo Sr. Cyril Spencer, seu Diretor-Executivo Adjunto,

o Dr. Alexandre Fontana Beltrão, um brasileiro com vasta experiência na área do café, assumiu o cargo de Diretor-Executivo, que ele iria exercer até 30 de setembro de 1994. O Sr. T. M. Loudon um cidadão britânico que exercera funções públicas nas ex-colônias do Reino Unido e representara os interesses leste-africanos na Conferência do Café das Nações Unidas, foi nomeado Diretor-Executivo Adjunto.

Em grande parte, o sistema de quotas do Convênio de 1962 foi mantido, embora agora permitisse a seletividade (sendo possível um corte máximo de 5% da quota de um país). Cerca de 20 produtores menores se beneficiaram de concessões especiais, em termos de aumentos de quotas. Os mercados não sujeitos a quotas (“mercados novos”) foram mantidos, mas sob controles mais estritos. A partir de 1.º de abril de 1969 todas as exportações aos mercados sujeitos a quotas deviam ser cobertas por certificados de origem emitidos pelos Membros exportadores, e era preciso apor aos certificados selos de exportação de café com valores em peso, emitidos trimestralmente, conforme a quota de cada país. Um sistema de marcação das sacas foi introduzido.

A criação de um Fundo de Diversificação (Artigo 54 do Convênio) financiado por Membros exportadores que embarcavam mais de 100.000 sacas por ano, porém, com certeza foi a iniciativa que mais impulso deu aos esforços para equilibrar a oferta e a demanda. O propósito do Fundo era ajudar esses Membros a alcançar as metas de produção estabelecidas pela Resolução número 206. Ele funcionou de 1969 a 1973, e durante esse período em torno de US\$73 milhões foram destinados a 31 projetos. Em todos os casos, a aprovação dos projetos estava ligada à aprovação de um Plano Nacional de Produção. Os projetos tanto podiam visar à diversificação horizontal clássica (troca do café por uma cultura específica ou diversas culturas), quanto se concentrar no fortalecimento geral da economia agrícola, na melhoria das estatísticas cafeeiras e no armazenamento de café. Embora os resultados fossem desiguais, alguns êxitos substanciais foram conseguidos. Por exemplo, o projeto dos corredores brasileiros de exportação contribuiu substancialmente para a agilização das exportações de soja e suco de laranja ao desenvolver a infraestrutura dos transportes nas zonas de café. Um projeto indiano identificou a pimenta como uma opção de diversificação bem-sucedida em uma fazenda experimental que ainda existe.

O Fundo foi gerido por um executivo sênior do setor cafeeiro colombiano, Sr. Hernán Uribe Arango. Seus funcionários incluíam pessoal da área jurídica e cerca de 10 a 15 economistas, muitos deles comissionados de organismos como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a FAO. Um dos economistas era o Sr. Sebastião Salgado, o fotógrafo de fama mundial, que começou a tirar fotos memoráveis da produção cafeeira em missões da OIC.

### **A disputa do café solúvel entre os EUA e o Brasil**

Um dos principais elementos desta disputa foi o fato de ela envolver o maior produtor e o maior consumidor mundial de café. Essencialmente, os EUA se queixaram de que os exportadores brasileiros de solúvel tinham acesso, através de concessões tributárias, a café mais barato que os fabricantes norte-americanos. O Brasil contrapôs que tinha o direito de industrializar suas próprias matérias primas e proteger uma indústria ainda jovem. A disputa foi encaminhada a um painel jurídico, com resultados inconclusivos. No final, as duas partes, em discussões bilaterais, chegaram a um acordo que permitia ao Brasil exportar uma quantidade fixa de café solúvel aos EUA.

No início dos anos 70, uma conjunção de geadas no Brasil, turbulência política na África e pressões inflacionárias levou a pressões altistas sobre os preços do café. Os produtores tentaram conseguir um alargamento da faixa de preços, mas os consumidores resistiram à ideia. Isso aconteceu numa altura em que os Membros deviam renegociar o Convênio. Diante desse impasse, os Membros decidiram prorrogar o Convênio com a supressão de todas as suas disposições econômicas. Incluídos estavam os Fundos de Promoção e Diversificação, o sistema de quotas, os controles e a verificação de estoques. O número de funcionários, que chegara a 150, foi cortado pela metade, e a Organização viu-se reduzida à condição de fórum para reuniões e centro para a coleta e difusão de informações. Apesar disso e da geada extrema que houve no Brasil em 1975, as negociações continuaram e tiveram êxito, resultando na adoção do Convênio de 1976.

### **V. OIC – ATIVIDADES AO ABRIGO DOS CONVÊNIOS DE 1976 E 1983**

A eliminação das cláusulas econômicas na prorrogação do Convênio de 1968 deu à OIC a oportunidade de desenvolver novos sistemas de informação computadorizados em áreas como certificados de origem, estatística e informações textuais (banco de dados bibliográficos COFFEELINE). Em 1974, as negociações com vistas a um novo acordo do café recomeçaram a sério, completando-se em 1975 com a adoção do Convênio de 1976. A geada desastrosa que se abateu sobre as zonas de café do Brasil nessa mesma altura resultou em enormes altas de preços. Estes só voltariam a cair em 1980. O mecanismo de quotas e preços foi então reintroduzido, estabelecendo uma faixa de preços de 120 a 140 centavos de dólar dos EUA por libra-peso, que se manteve durante toda a década de 80.

O novo Convênio preservou os objetivos do anterior, mas deu maior atenção aos benefícios aos consumidores. As quotas foram alteradas, para agora incluir o desempenho de exportação, numa proporção de 70%, e os estoques mantidos, numa proporção de 30%. Os Membros que exportassem menos de 400.000 sacas ficavam isentos de quotas básicas, sendo-lhes atribuídas quotas de exportação anuais fixas, sujeitas a um aumento anual de 5% (10% aos países que exportassem menos de 100.000 sacas). O conceito de “novos mercados” foi substituído por uma divisão simples entre mercados Membros (sujeitos a quotas) e mercados não-membros (isentos de quotas). Foram reintroduzidos os certificados de origem

e a verificação de estoques. O sistema reiniciado possibilitou sustar outras quedas de preços. Logo depois do reinício de seu funcionamento, as negociações que levariam ao Convênio de 1983 começaram.

Apesar da pressão dos pequenos produtores, que desejavam maior participação de mercado, a distribuição estipulada no Convênio de 1976 foi mantida no novo Convênio. Este, porém, lhes atribuía uma participação fixa no mercado.

Em seguida a outras quedas de preços no final de 1985, as quotas foram suspensas formalmente em fevereiro de 1986. Elas deveriam ter sido reintroduzidas ainda em 1986, mas houve desacordos quanto às participações de mercado, e sua reintrodução foi protelada até 1987.

#### **Café turista, mercado duplo**

A divisão entre mercados com e sem quotas foi um constante desafio para o sistema de controle da OIC. O café exportado a preços substancialmente mais baixos para mercados não sujeitos a quotas que, por vias ilegais, acabava chegando aos mercados sujeitos a quotas era conhecido como café “turista”. Dizia-se que a venda de café não sujeito a quotas a preços muito mais baixos (20% – 40%) que os do café embarcado para os mercados sujeitos a quotas criava um mercado duplo. Os volumes embarcados ilegalmente eram substanciais, mas deve-se enfatizar que nunca foram suficientemente grandes para afetar os preços nos mercados sujeitos a quotas. Muitos, porém, julgavam que este era um elemento injusto no sistema.

Como a vigência do Convênio de 1983 chegaria a termo em 30 de setembro de 1989, era importante finalizar um novo Convênio cerca de seis meses antes dessa data. O problema das participações de mercado, porém, polarizava mais e mais as posições. Essencialmente, a demanda por Arábicas Suaves no mercado mundial vinha aumentando e, na opinião de muitos produtores desses cafés, os mecanismos de ajustamento de quotas que havia eram inadequados. Como a capacidade desses produtores de reter estoques costumava ser pequena, eles exportavam mais café diretamente aos mercados não sujeitos a quotas, pondo a descoberto a existência do mercado duplo. Um fator que pode ter influenciado os produtores de Outros Suaves foi a publicação de um documento de trabalho do Banco Mundial, que pretendia demonstrar que muitos produtores de Outros Suaves estariam em melhor situação sem quotas, e que, na hipótese de uma suspensão das quotas, os preços de seu café “em demanda” se manteriam. Os EUA, agora representados pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos da América, também eram solidários, pois promoviam com convicção cada vez mais intensa o livre comércio, em oposição à regulamentação, tanto no interior dos países, quanto internacionalmente.

No início de 1989, várias tentativas de pôr fim a essas preocupações em um novo Convênio foram feitas, na forma de propostas de um grupo “majoritário” composto pelos Membros

exportadores, menos os do grupo Outros Suaves, e a Comunidade Europeia (CE). Eles desejavam uma prorrogação do Convênio por um ano, com quotas separadas para as exportações com destino a não-membros; depois disso, uma nova quota “universal”, aplicável a todas as vendas dos Membros exportadores, poderia ser negociada, incluindo uma redistribuição das quotas. Uma proposta “dissidente” foi apresentada pelo grupo Outros Suaves, a Indonésia e os Estados Unidos, que desejavam uma prorrogação do Convênio com um aumento imediato da participação de mercado dos Arábicas Suaves para 48%, ou seja, um aumento de 4,6%. Como nenhuma das duas propostas conseguiria reunir os votos necessários para ser adotada e nenhum dos dois lados se dispunha a aceitar um compromisso, a votação foi adiada até 3 de julho de 1989, para poder-se preparar uma posição alternativa. Os votos a favor da Resolução “majoritária” incluíram devidamente os da Comunidade Europeia e da maioria dos Membros exportadores, mas não os da Indonésia e do grupo Outros Suaves. Diversos Membros se abstiveram, mas, entre os Membros importadores, só os EUA e Cingapura votaram contra. A Resolução “dissidente” recebeu os votos de todos os Membros do grupo Outros Suaves, mas não os da República Dominicana, além dos votos dos EUA, do Canadá, da Finlândia, da Noruega e da Suécia. A CE se absteve. Como nenhuma Resolução pôde ser adotada, prorrogou-se o Convênio sem cláusulas econômicas. Logo em seguida houve um colapso dos preços de cerca de 50%, afetando todos os grupos de café. Esta situação iria perdurar até a ocorrência de uma nova geadada no Brasil, em 1993.

#### **Efeitos econômicos das quotas**

O gráfico da página 42 permite acompanhar a evolução dos preços do café (Santos 4) em termos reais durante mais de um século, de 1894 a 2012. É de se notar que uma progressão cíclica, algo irregular, que reverte para mais ou menos 60 centavos de dólar dos EUA por libra-peso em valores de 1990 nos pontos baixos – como evidenciam os dados disponíveis mais recentes –, ainda subsiste. O período de 1963 a meados de 1989 pode ser considerado o período de quotas (o período de 1974 a 1980, de geadas no Brasil e sem quotas, não afeta a análise dos pontos baixos). Os dois períodos em que o sistema de quotas da OIC não existia ou não havia sido desenvolvido suficientemente, a saber, 1894-1962 e 1990-2013, mostram médias notavelmente semelhantes em termos de 1990, com níveis de preços, respectivamente, de 125 e 130 centavos de dólar dos EUA por libra-peso. Os preços médios no período em que houve quotas (ou que foi afetado por quotas) de 1963 a 1989 giraram em torno de 185 centavos em termos reais, entre 42% e 48% acima dos preços médios nos períodos sem quotas. Custos adicionais como, por exemplo, de armazenagem subiram nos períodos de quotas e, portanto, esta análise muito ampla se coaduna com os diversos modelos econométricos, que apontam para receitas aproximadamente 30% mais altas em resultado de quotas. As receitas de exportação de café dos países exportadores de 1964 a 1989, na vigência do regime de quotas da OIC, totalizaram US\$182 bilhões, ou seja, mais de US\$40 bilhões (US\$1,6 bilhão por ano), acima das receitas que eles teriam obtido em caso contrário, ainda que os benefícios variassem de país para país.

Durante anos após o desaparecimento das quotas, os retornos para os cafeicultores caíram para níveis que frequentemente anulavam a rentabilidade da cafeicultura, caracterizando um período de crise na economia cafeeira mundial. Em 1992, esforços para encontrar soluções recomeçaram, mas sem levar a nada de concreto. Iniciativas importantes também foram tentadas através da Associação dos Países Produtores de Café (APPC), na forma de ações unilaterais dos países exportadores, à procura de conseguir um efeito corretivo no mercado por meio de um esquema de retenção, mas sem sucesso no final. Em 1993, os Estados Unidos anunciaram sua retirada do Convênio, e diversas vezes lançaram dúvidas sobre o valor de se manter a OIC. A maioria dos Membros, porém, compreendia a importância da cooperação internacional em questões cafeeiras e que a melhor maneira de consegui-la era através de um organismo com a autoridade que a OIC construía, muito difícil de recriar se ela desaparecesse. Os Membros, assim, em busca de novas formas de cooperação internacional que pudessem beneficiar a economia cafeeira mundial, concluíram um tratado novo e diferente, o Convênio Internacional do Café de 1994.

## **VI. OIC – ATIVIDADES AO ABRIGO DO CONVÊNIO DE 1994**

Na sequência da eliminação das quotas em julho de 1989 vieram vários anos de preços tão baixos que a situação do mercado se tornou conhecida como “a crise do café”. A OIC foi salva, no curto prazo, por uma prorrogação de dois anos do Convênio de 1983, durante a qual, como afirmamos acima, diversos esforços para sustentar os preços foram feitos, mas sem sucesso. No entanto, em vista da percepção dos problemas com que o café se defrontava, os Membros negociaram um novo Convênio, o de 1994. Os objetivos do Convênio, que não haviam mudado desde 1962, se tornaram muito menos ambiciosos. Agora eles incluíam maior cooperação internacional; a disponibilização de um fórum para consultas e negociações cabíveis sobre questões cafeeiras e meios de alcançar um equilíbrio razoável entre a oferta e a demanda; a coleta e divulgação de dados estatísticos, econômicos e técnicos; a realização de estudos e pesquisas; e o incentivo ao consumo.

Os primeiros projetos a se beneficiarem de financiamento do Fundo Comum para os Produtos Básicos (FCPB), no entanto, foram lançados durante a vigência do Convênio de 1994, e durante a vigência do Convênio de 2001 a atuação da OIC nessa área se tornou cada vez mais importante, tendo começado em 1995 com o projeto do café gourmet. Em fevereiro de 2013, 38 projetos, em valor total de US\$105 milhões, haviam sido concluídos ou estavam em andamento. Nessa altura, os projetos haviam recebido US\$55 milhões do FCPB; US\$29 milhões de instituições doadoras bilaterais e multilaterais, na forma de cofinanciamento; e US\$21 milhões dos países beneficiários, na forma de contribuições de contrapartida. O financiamento de projetos pelo FCPB tem sido de grande valor para o setor cafeeiro. Fundos são disponibilizados em condições favoráveis e, frequentemente, na forma de doações. Os projetos podem focalizar os problemas enfrentados pelo setor

cafeeiro de uma perspectiva multinacional, em lugar do enfoque bilateral costumeiro, em que fundos são disponibilizados pelos doadores a cada país individualmente. Até muito recentemente, todos os projetos cafeeiros precisavam ser aprovados pelo Conselho Internacional do Café antes de sua aprovação pelo FCPB. A OIC costuma ser indicada como organismo supervisor dos projetos, e estes devem estar conformes com sua estratégia para todo o setor cafeeiro. A Organização, particularmente durante a vigência do Convênio de 2001, desenvolveu processos para análise e avaliação de projetos, incluindo seu exame por um Comitê Virtual de Revisão (Subcomitê Virtual de Revisão na vigência do AIC de 2007) com capacidade de fazer a avaliação técnica dos projetos de modo muito flexível. A importância do programa de projetos foi reconhecida no Acordo de 2007, que estabeleceu um Comitê de Projetos. Uma relação dos projetos mostra sua grande amplitude:

### **Projetos – Lista completa, por categoria**

#### **Pragas e doenças**

- Manejo integrado da broca do café (BC)
- Manejo integrado da broca branca do cafeeiro em pequenas propriedades na Índia, no Malauí e no Zimbábue
- Melhoria da produção cafeeira na África pelo controle da traqueomicose do café
- Aumento da resiliência da produção de café à ferrugem e outras doenças na Índia e em quatro países africanos

#### **Diversificação**

- Diversificação produtiva nas zonas marginais do Estado de Veracruz, México
- Reconversão de pequenas propriedades de café em unidades agrícolas familiares autossustentáveis no Equador
- Desenvolvimento do potencial do café Robusta gourmet no Gabão e no Togo
- Incremento do potencial de produção do café gourmet nos países centro-americanos
- Acesso ao crédito para o desenvolvimento de culturas de diversificação em áreas de produção cafeeira

#### **Assistência emergencial**

*Nos casos de países produtores que sofreram grandes quedas de produção por motivo de força maior, pode ser apropriado incentivar programas que assegurem uma recuperação da capacidade de produzir, sob condição de as proporções dos aumentos não prejudicarem o equilíbrio entre a oferta e a demanda. Este processo contribui para assegurar a disponibilidade ininterrupta de cafés característicos no mercado e garantir a exploração de suas vantagens comparativas.*

- Reabilitação experimental dos setores cafeeiros em Honduras e na Nicarágua
- Reabilitação experimental de lavouras de café abandonadas como pequenas unidades de produção familiar em Angola
- Seminário regional sobre a crise do café na América Central

- Reabilitação qualitativa e quantitativa do café para melhorar as condições de vida dos cafeicultores afligidos e deslocados pela guerra na República Democrática do Congo (em andamento)

#### **Melhoria das estruturas de comercialização**

*Com a transição para sistemas liberalizados de comercialização em muitos países exportadores, é preciso atentar para que os benefícios de um mercado mais flexível não corram o risco da eliminação das funções necessárias antes desempenhadas pelas juntas de comercialização e órgãos reguladores similares. Em muitos países exportadores, além disso, o setor cafeeiro consiste num grande número de pequenos cafeicultores, que precisam de ajuda para desenvolver sua capacidade de competir no mercado; obter acesso a crédito comercial; haver-se com a volatilidade dos preços através de gestão de risco; e gerar benefícios para suas comunidades. No interesse de uma economia comercial saudável e competitiva, é importante que nos países produtores o comércio de café possua o grau necessário de perícia comercial, tenha acesso a crédito e disponha da estrutura jurídica apropriada para funcionar com eficácia.*

- Estudo sobre os sistemas de comercialização e políticas de comércio de café de países produtores selecionados
- Desenvolvimento do mercado e promoção do comércio cafeeiro na África oriental e meridional
- Fortalecimento da capacidade comercial, financeira e empresarial dos pequenos produtores/exportadores de café no México e na Nicarágua
- Gestão de risco dos preços do café na África oriental e meridional (em andamento)
- Estudo do potencial para as bolsas de produtos básicos e outras modalidades de mercado dos países do COMESA
- Financiamento experimental de curto e médio prazo para pequenos cafeicultores no Quênia
- Seminário sobre financiamento estruturado de curto e médio prazo para pequenos agricultores na África
- Gestão de risco dos preços do café na África oriental
- Aumento da competitividade do café africano mediante fortalecimento da cadeia de valor
- Programa de empresas cafeeiras competitivas para a Guatemala e a Jamaica (em andamento)

#### **Melhoria da qualidade**

- Desenvolvimento do potencial do café gourmet
- Melhoria da qualidade do café pela prevenção da formação de mofos
- Melhoria da qualidade do café na África oriental e central através de melhores práticas de processamento em Ruanda e na Etiópia
- Melhoria da qualidade e comercialização do Robusta pela otimização do uso dos terrenos de café
- Estudo sobre o processamento de café – Ruanda
- Características da demanda de café Robusta na Europa
- Seminário sobre a qualidade do café pela prevenção da formação de mofos no Equador

- Esquema de Garantia de Crédito Sustentável, para promover a intensificação de práticas melhoradas de processamento na Etiópia e em Ruanda (em andamento)
- Construção da capacidade para certificação e verificação dos produtores de cafés especiais nos países da EAFCA (em andamento)

#### **Economia cafeeira sustentável**

*É essencial que a produção e o processamento levem em conta as necessidades do meio ambiente para garantir sua sustentabilidade física. Também é preciso que o clima econômico favoreça a estabilidade, assegure padrões de vida razoáveis às populações que se ocupam do café e garanta cuidados adequados para assegurar a manutenção da qualidade do produto. A Organização procura incentivar a melhoria e a diversificação de cafezais antigos para que estejam mais sintonizados com o mercado e o meio ambiente, como no caso do café orgânico e do café gourmet. Procura também promover o uso de tecnologias benéficas ao meio ambiente em toda a cadeia produtiva e de processamento; de controle biológico integrado de pragas; e de tecnologias melhoradas no processo de lavagem.*

- Desenvolvimento sustentável do café na África oriental
- Análise comparativa mundial das áreas de produção cafeeira
- Crises econômicas e PMDs dependentes de produtos básicos: Mapeamento da exposição à volatilidade do mercado e construção de resiliência a crises futuras

Outro fator que assumiu uma importância cada vez maior dentro da Organização foi a cooperação com o setor privado. Para conseguir essa cooperação, a OIC estabeleceu o Fórum Internacional das Associações da Indústria e do Comércio de Café (CITAF), um mecanismo consultivo que facilitava o encaminhamento ao Conselho e à Junta Executiva de questões de interesse para o setor privado. O CITAF pode ser visto como precursor da Junta Consultiva do Setor Privado (JCSP), criada, segundo ideias concebidas pelo Brasil, pela Resolução número 386, de 21 de julho de 1999, tornando-se parte integral da estrutura da OIC. Em 21 de julho de 1999, o Conselho também aprovou a Resolução número 385, estabelecendo uma Conferência Mundial do Café, cujo propósito era reunir representantes de alto nível dos governos e do setor privado com especialistas eminentes, para discutir questões de interesse para o café. O Acordo de 2001 mais tarde incluiu a JCSP e a Conferência Mundial do Café em suas disposições.

A experiência do Convênio de 1994 mostrou que, mesmo não havendo mecanismos capazes de afetar diretamente o mercado, a cooperação internacional podia ser de grande valor em diversas áreas. No entanto, muitas reduções foram necessárias. O número de funcionários da OIC caiu de 93 em 1983/84 para 38 em 1994/95 e 32 em 1988/89. Outros 26, anteriormente financiados pelos Fundos de Promoção e Especial em 1983/84 também foram dispensados. A OIC passou a operar com duas divisões: Operações, e Finanças e Administração. E um novo tratado, em sintonia com essas mudanças, foi negociado: o Convênio de 2001.

## VII. OIC – ATIVIDADES AO ABRIGO DO CONVÊNIO DE 2001

Para refletir parte das principais novas áreas de trabalho, alterações significativas foram feitas ao Artigo 1, que relaciona os Objetivos do Convênio, entre os quais:

- proporcionar um foro para consultas sobre questões cafeeiras com o setor privado;
- incentivar os Membros a desenvolverem uma economia cafeeira sustentável;
- propiciar análise e assessoramento no preparo de projetos que beneficiem a economia cafeeira mundial, para subsequente apresentação às agências doadoras ou financiadoras, como apropriado;
- fomentar a qualidade; e
- fomentar programas de informação e treinamento destinados a auxiliar a transferência aos Membros de tecnologias relevantes para o café.

### Serviços de informação

A OIC sempre deu grande importância a seus serviços estatísticos. Os Membros tinham a obrigação de fornecer dados estatísticos sobre o café regularmente, permitindo que a OIC mantivesse importantes séries temporais sobre a oferta, a demanda, o comércio exterior e os preços. A introdução de sistemas computadorizados expandiu consideravelmente a capacidade da Organização de divulgar dados em uma gama de formatos, que vão de arquivos em planilhas a visualizações gráficas.

Desde o início de suas atividades, a OIC construiu uma biblioteca com publicações sobre o café ou relevantes para o café. No início dos anos 80, sua biblioteca provavelmente era a mais completa do mundo em assuntos relacionados com a economia do café, além de possuir uma importante coleção de publicações sobre aspectos agronômicos, científicos e culturais da área. Através do Fundo de Promoção, ela também adquiriu uma importante coleção de slides fotográficos de aspectos da produção e do consumo. Em 1982, a OIC lançou o primeiro banco de dados bibliográficos online sobre o café (COFFEELINE), derivado do catálogo e do sistema de recuperação computadorizado da biblioteca. Inicialmente acessível através de uma empresa intermediária especializada, o banco de dados COFFEELINE agora está disponível na Internet pelo site da OIC. A biblioteca também atende a um grande número de pedidos externos de informação e, mediante solicitação, oferece meios de pesquisa.

O próprio site [www.ico.org](http://www.ico.org) se tornou disponível em 1995 e se mantém em evolução contínua. Além de fornecer um guia descritivo do trabalho da Organização, ele funciona como portal para diversos serviços de informação da OIC, entre os quais a identificação e distribuição dos documentos da Organização, que são publicados em seus quatro idiomas oficiais.

Atenta a seus novos objetivos, a Organização continuou a organizar uma série de seminários e workshops para facilitar a transferência de tecnologia relevante aos Membros. A lista abaixo dá detalhes, e documentação completa está disponível no site da OIC.

### Seminários e workshops da OIC

- Seminário sobre tendências nos novos mercados consumidores de café – 5 de março de 2013
- Seminário sobre o impacto econômico, social e ambiental da certificação sobre a cadeia de oferta do café – 25 de setembro de 2012
- 2.º Fórum Consultivo sobre Financiamento do Setor Cafeeiro – 6 de março de 2012
- 1.º Fórum Consultivo sobre Financiamento do Setor Cafeeiro – 27 de setembro de 2011
- Painel de especialistas sobre financiamento do setor cafeeiro – 21 de setembro de 2010
- Workshop da OIC sobre a implementação do Fórum Consultivo sobre Financiamento do Setor Cafeeiro – 22 de setembro de 2009
- Seminário sobre a broca do café – 17 de março de 2009
- Seminário sobre indicações geográficas – 20 de maio de 2008
- Workshop do FCPB e da OIC sobre prioridades para o desenvolvimento do café – 27 de setembro de 2006
- Workshop sobre o potencial para a diversificação – 24 de maio de 2006
- Seminário sobre o café geneticamente modificado – 17 de maio de 2005
- Mesa-redonda sobre o comércio equitativo e o café – 18 de maio de 2004
- Seminário sobre o café e a saúde – 15 de setembro de 2003
- Mesa-redonda de alto nível da OIC e do Banco Mundial sobre café: A crise internacional do café – Buscando soluções de longo prazo – 19 de maio de 2003
- Workshop sobre o comércio eletrônico – 2 de outubro de 2001
- Mesa-redonda sobre o café orgânico – 19 de maio de 2000
- Seminário sobre o café e o meio ambiente – 27 e 28 de maio de 1996

Da mesma forma, a Organização deu continuidade à produção periódica de estudos para disponibilizar informações interessantes e relevantes para os Membros, como acontece nos seminários.

### Estudos

Os estudos, que são identificados como um dos objetivos do Acordo, incluem um relatório mensal sobre a situação do mercado emitido pelo Diretor-Executivo. Incluem também uma série de estudos econômicos e técnicos de caráter tópico, tais como:

- Perfis do setor cafeeiro de importantes países exportadores e importadores de café
- O fenômeno climático El Niño e seu impacto sobre a produção de café (EB-3657/98 Rev. 1)
- Café orgânico (EB-3639/97)
- Risco e financiamento no setor cafeeiro: Introdução ao estudo conjunto da OIC e do Banco Mundial (CG-7/13)
- Reexportações de café (ICC-109-2 Rev. 1)
- Tendências do consumo de café em países importadores selecionados (ICC-109-8)
- Obstáculos ao consumo (ICC-109-4 Rev. 1)

- [Estrutura do consumo de café em países importadores selecionados \(ICC-108-1\)](#)
- [Estrutura do consumo de café em países importadores selecionados \(ICC-107-11\)](#)
- [Volatilidade dos preços pagos aos cafeicultores em países exportadores selecionados \(ICC-107-10\)](#)
- [Relação entre os preços do café nos mercados físico e de futuros \(ICC-107-4\)](#)
- [Os efeitos das tarifas sobre o comércio de café \(ICC-107-7\)](#)
- [Volatilidade dos preços de varejo do café torrado em países importadores selecionados \(ICC-106-12\)](#)
- [Cadeia de valor do café em países importadores selecionados \(ICC-106-1\)](#)
- [Preços indicativos da OIC e variáveis econômicas selecionadas \(ICC-105-12\)](#)
- [Análise comparativa dos preços de varejo do café nos países importadores \(ICC-105-3\)](#)
- [Custos de produção \(ICC-105-6\)](#)
- [Emprego gerado pelo setor cafeeiro \(ICC-105-5\)](#)
- [Elasticidade preço/demanda com referência ao consumo de café nos países importadores \(EB-3871/04\)](#)
- [Movimentos cíclicos na oferta de café \(ICC-105-1\)](#)
- [Relações entre os estoques e os preços do café \(ICC-105-2\)](#)
- [Consumo de café em países importadores selecionados \(ICC-104-1\)](#)
- [As mudanças climáticas e o café \(ICC-103-6 Rev. 1\)](#)
- [Volatilidade dos preços do café \(ICC-103-7\)](#)
- [Estudo sobre o consumo de café nos países não-membros da OIC \(ICC-102-1\)](#)
- [Estudo sobre os preços dos fertilizantes \(ICC-102-2\)](#)
- [Comércio mundial de café solúvel \(ICC-110-5\)](#)
- [Estudo sobre a melhoria do equilíbrio oferta/demanda global através de medidas destinadas a eliminar os cafés inferiores \(EB-3778/01\)](#)
- [Gestão de riscos das flutuações dos preços do café \(EB-3839/03\)](#)
- [Produção de café nos países que não são membros da Organização Internacional do Café \(EB-3869/04\)](#)
- [Impacto dos preços baixos sobre os indicadores de sustentabilidade da economia cafeeira \(EB-3864/04\)](#)
- [Diversificação nos países produtores de café \(EB-3818/02\)](#)
- [Os movimentos cíclicos da oferta de café \(EB-3845/03\)](#)
- [Correlação entre os preços e o consumo de café nos países importadores \(EB-3850/03\)](#)
- [Correlação entre os preços e os estoques de café \(EB-3859/04\)](#)
- [Reexportações de café da Alemanha \(ICC-110-4\)](#)

O maior desafio que a OIC teve de enfrentar durante a vigência do Convênio de 2001, no entanto, foi a crise econômica que afetou os países produtores em consequência da queda dos preços do café. Em 1989, na esteira da desintegração do sistema de quotas, naturalmente também tinha havido um colapso dos preços. Uma breve recuperação seguiu-se à geadas nas zonas cafeeiras do Brasil, em julho de 1994, resultando em novos plantios. Estes outra vez levaram a um desequilíbrio entre a oferta e a demanda e, no final

do ano 2000, os preços haviam caído para níveis inferiores inclusive aos de 1989 a 1993. Em uma declaração dirigida à Assembleia-Geral das Nações Unidas em setembro de 2005, o Diretor-Executivo ressaltou que, enquanto a média do preço indicativo composto da OIC fora de 127,92 centavos de dólar dos EUA por libra-peso na década de 1980 a 1989, no quinquênio de 2000 a 2004, ela caíra para 54,33 centavos. As receitas médias de exportação dos países produtores de café, anteriormente de US\$10,2 bilhões por ano, caíram para US\$6,2 bilhões. Como base nos dados que ela solicitara aos Membros produtores, a OIC reuniu informações sobre o impacto da crise em um importante estudo, que ela publicou como documento ICC-89-5 Rev. 1 em setembro de 2003.

Entre 2002 e 2005, o Diretor-Executivo encaminhou duas declarações ao Grupo G-8 e outras à UNCTAD XI e à Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo. Como ele enfatizou, a crise estava levando a desemprego generalizado, abandono das lavouras, migração de populações para áreas urbanas, conflitos políticos, imigração ilegal e cultivos ilícitos para a produção de drogas. Para corrigir esta situação, o Diretor-Executivo instava os formuladores de políticas a, de uma perspectiva do mercado, considerar diversas possibilidades, entre as quais a conscientização dos perigos da superprodução, a diversificação, a melhoria da qualidade e o apoio a projetos destinados a incrementar a demanda, particularmente nos países produtores e em novos mercados. Uma consequência dessas representações foi o retorno dos EUA à OIC, como Membro, em 2005.

#### **Programa de Melhoria da Qualidade do Café (PMQC) da OIC**

Este programa, criado pela Resolução número 407, de 1.º de fevereiro de 2002, consolidou uma série de recomendações formuladas por um Comitê de Qualidade ad hoc. Em virtude de um exame posterior, esta Resolução foi modificada e substituída pela Resolução número 420, de 21 de maio de 2004. A Resolução número 420 dispõe sobre a adoção pela OIC de padrões-alvo de qualidade para as exportações de café, permitindo aos Membros lançar “S” na casa 17 dos certificados de origem para indicar que o café que exportam corresponde aos padrões de qualidade visados, como segue:

- a) sendo Arábica, que o café não tenha mais de 86 defeitos por amostra de 300g (método Brasil/Nova Iorque de classificação do café verde equivalente); e, sendo Robusta, que não tenha mais de 150 defeitos por 300g (Vietnã, Indonésia ou equivalente);
- b) quer seja Arábica ou Robusta, que o café não tenha um teor de umidade inferior a 8% ou superior a 12,5% mensurado pelo método ISO 6673.

Serão permitidas exceções ao máximo estipulado de 12,5% de umidade no caso de certos cafés especiais.

O PMQC não é compulsório, mas a cooperação de todos os Membros foi solicitada.

Uma análise publicada em março de 2013 revela que 23 países exportadores fornecem informações sobre a qualidade. Suas exportações, em volume de 68,3 milhões de sacas, representam 67,2% do total exportado por todos os países produtores, tendo alcançado 85% dos padrões visados em 2005 e 94% em 2012. Uma fonte adicional de informações são os resultados das análises de classificação das bolsas de futuros. No caso do Contrato 'C' (Arábicas), o índice da aprovação do café classificado tem-se mantido razoavelmente constante, em torno de 80%. Nas análises de classificação da Liffe (Robustas), em Londres, houve uma melhora notável, e só 5,5% do café foi classificado como de padrão inferior aos padrões do PMQC em 2012, em contraste com 92,9% em 2005.

### **VIII. OIC – ATIVIDADES AO ABRIGO DO ACORDO DE 2007**

Uma mudança que se nota de imediato no Acordo de 2007 é sua vigência de dez anos, muito mais longa que a dos Convênios anteriores, com a possibilidade de prorrogação por mais oito. Mais acréscimos foram feitos aos objetivos, que agora também incluem:

- facilitar a expansão e a transparência do comércio internacional de todos os tipos e formas de café;
- desenvolver, avaliar e buscar financiamento para projetos que beneficiem os Membros e a economia cafeeira mundial;
- promover a qualidade do café com vistas a proporcionar maior satisfação aos consumidores e maiores benefícios aos produtores;
- incentivar os Membros a desenvolver procedimentos apropriados de segurança alimentar no setor cafeeiro;
- incentivar os Membros a desenvolver e implementar estratégias que ampliem a capacidade das comunidades locais e dos pequenos produtores para se beneficiarem da produção cafeeira, que pode contribuir para aliviar a pobreza; e
- facilitar a disponibilização de informações sobre instrumentos e serviços financeiros capazes de ajudar os produtores de café, inclusive com respeito a acesso a crédito e métodos de gestão de risco.

O acréscimo desses objetivos deve ser considerado um reconhecimento do extenso número de áreas que podem se beneficiar da cooperação internacional no âmbito da OIC. Devido ao aumento de suas áreas de ação, a Organização dá muita atenção ao planejamento. Um documento aprovado pelo Conselho explicitando a estratégia da OIC para o café serve de referência para projetos e baliza áreas prioritárias (documento [ICC-105-16](#)). A Organização também tem um plano de ação estratégico (documento [ICC-105-19 Rev. 1](#)), estabelecendo um contexto, que abarca toda a vigência do Acordo, para a elaboração de programas anuais de atividades. O programa mais recente, proposto para 2013/14, está em exame no momento para dar maior acolhida aos contributos dos Membros e estabelecer pontos de referência que facilitem a avaliação do desempenho.

A sustentabilidade continua a ser uma questão constante, e os três pilares em que ela se assenta (econômico, social e ambiental) são especificados nos objetivos do Acordo.

#### **Para um economia cafeeira sustentável**

A Organização se empenha em promover a ideia da necessidade de uma economia cafeeira sustentável, conscientizando os participantes do setor cafeeiro de que condições econômicas negativas para os produtores ameaçam a sustentabilidade, e propondo medidas em áreas como qualidade, promoção e diversificação para manter o equilíbrio no mercado cafeeiro mundial.

#### **Questões sociais e ambientais**

A contribuição da cafeicultura e do comércio de café às questões sociais e ambientais, comparada com a da maior parte das atividades econômicas alternativas, sem dúvida é extremamente positiva. Da perspectiva ambiental, o café é um arbusto perene e, com isso, contribui de forma significativa para o sequestro de carbono, é eficaz na estabilização dos solos e permite a preservação de grande parte da biodiversidade original das áreas cultivadas.

Um dos principais problemas em algumas regiões é a poluição hídrica gerada pelo processamento por via úmida. Para tratar desta questão, a OIC, através de projetos pilotos implementados na África e na América Latina, ajuda os cafeicultores dos países produtores a usar tecnologias benéficas ao meio ambiente no processo de lavagem.

É essencial que a produção e o processamento levem em conta as necessidades do meio ambiente para garantir a sustentabilidade. Também é preciso que o clima econômico incentive a estabilidade, dê padrões de vida razoáveis às populações que se ocupam do café e garanta a manutenção da qualidade do produto. Em termos práticos, a OIC promove a qualidade do café através de projetos cujo objetivo é o aprimoramento das práticas de cultivo, processamento, armazenamento, transporte e comercialização. E ela vem incentivando os esforços para fortalecer a capacidade regional nas áreas da certificação e da verificação de café através de um projeto de participação múltipla na África oriental que visa à criação de um centro regional de certificação e da implantação de um programa de divulgação aos produtores.

O café também faz um contributo positivo ao aspecto social, mantendo empregos no campo e a estabilidade das comunidades. Melhores padrões de vida para os produtores de café, especialmente os pequenos, são uma prioridade para os Governos, como se enfatizou na última Conferência Mundial do Café em 2010. As atividades da OIC nesse sentido incluem a construção de capacidade de instituições, o aprimoramento do acesso ao crédito e a mecanismos de gestão de risco, a redução da vulnerabilidade à volatilidade das receitas e a promoção da igualdade entre homens e mulheres.

#### **Mudanças climáticas**

A variabilidade do clima sempre foi a maior causa das flutuações da produtividade da cafeicultura mundial, mas prevê-se que as mudanças climáticas resultantes do aquecimento global levem a mudanças reais quanto a onde e como o café poderá ser produzido no futuro. Várias estratégias de adaptação e mitigação têm sido formuladas para a cafeicultura em resposta às transformações com que o setor se depara. Para o curto prazo, essas estratégias incluem melhores práticas agrícolas

e melhor processamento pós-colheita; para o prazo mais longo, elas incluem construção de capacidade, monitoramento mais eficaz dos dados climáticos, incremento da fertilidade do solo, introdução ou preservação de modelos diferentes de produção, e desenvolvimento de variedades resistentes a secas e doenças. Em casos mais extremos, a solução pode ser diversificar para fora da cafeicultura ou transferir a produção para áreas mais apropriadas. As estratégias de mitigação incluem calcular e reduzir as emissões dos gases do efeito estufa na agricultura e facilitar a criação de sumidouros de carbono. Relatórios periódicos sobre esta área importantíssima continuarão a ser apresentados ao Conselho.

A estrutura da Organização faz dela um fórum particularmente eficaz para o anúncio de novas iniciativas no setor. Uma destas se concentra nos regulamentos europeus relativos à segurança dos alimentos, que têm considerável impacto sobre o café. A Organização também incentiva melhores práticas, por meio de projetos e fluxos de informação sobre questões como, por exemplo, resíduos de pesticidas e prevenção da acrilamida e da ocratoxina A.

Muita atenção é devotada, igualmente, a possíveis meios de expandir o financiamento de projetos, estudando-se, entre outras, a possibilidade, de reunir representantes de doadores e produtores nas operações de um novo órgão, o **Fórum Consultivo sobre Financiamento do Setor Cafeeiro**. O 1.º Fórum foi em 27 de setembro de 2011 e o 2.º, em 6 de março de 2012. O objetivo do 1.º Fórum foi discutir que mecanismos, instrumentos ou estratégias existem, ou poderiam ser desenvolvidos ou melhorados, para ajudar os pequenos e médios produtores a gerir o risco da volatilidade dos preços do café verde; e quais são os desafios que se antepõem a cada um desses mecanismos, e como eles podem ser superados para tornar os instrumentos / as estratégias mais acessíveis e úteis para os pequenos e médios produtores.

#### **Gestão de risco em café**

Uma área promissora, mas complexa, que vem sendo analisada em profundidade pela Organização é o desenvolvimento de esquemas de gestão de risco e/ou seguros para o café, em particular através de instrumentos de cobertura nos mercados a termo. Dois projetos desenvolvidos na África puseram em relevo diversas limitações que entravam o uso de instrumentos de gestão de risco pelos produtores. No entanto, com a formação do Fórum Consultivo, um Painel de Especialistas se reuniu em setembro de 2010 e alguns exemplos foram dados de aparente sucesso nessa área. As questões continuaram a ser discutidas no Fórum, cuja 2.ª reunião, como se mencionou acima, foi realizada em março de 2012. Os participantes se mostraram otimistas quanto ao progresso que se continuará a fazer, sobretudo na 3.ª reunião do Fórum, que, durante a sessão do Conselho de setembro de 2013, em Belo Horizonte, Brasil, se concentrará no tema da “agregação”. No contexto do desenvolvimento de esquemas eficazes de gestão de risco para os cafeicultores.

O mais recente problema que a Organização vem acompanhando com atenção e em caráter urgente é a assustadora propagação da ferrugem do café (*Hemileia vastatrix*) em diversos

países da América Central. Face à perspectiva de graves prejuízos ao setor e à disponibilidade de Arábicas, o Conselho adotou a Resolução número 451, de 8 de março de 2013, pedindo assistência internacional para poder-se enfrentar um problema talvez causado por mudanças climáticas. O Diretor-Executivo visitou os países mais afetados e emitiu um relatório de suas constatações, bem como um Plano de Ação, para combate a este grave problema (documento ED-2157/13, de 13 de maio de 2013).

## **IX. PROMOÇÃO**

As atividades de promoção do café na Organização Internacional do Café têm sua própria dinâmica e, portanto, serão examinadas em conjunto. A história da promoção genérica do café começa, em substância, com a criação do Bureau Pan-Americano do Café (BPAC) por diversos países latino-americanos em 1937. Para financiar atividades de promoção genérica, os Membros exportadores investiram US\$30 milhões de 1937 a 1959; quase US\$20 milhões de 1960 a 1964; US\$30 milhões de 1965 a 1975; e US\$90 milhões de 1976 a 1986. O total de seu investimento, em termos reais, gira em torno de US\$500 milhões. Como grande parte do trabalho foi realizado em cooperação com associações comerciais dos países importadores, o investimento também ajudou a mobilizar quase US\$80 milhões, em termos reais, de fontes da indústria desses países. O grau de apoio à promoção, compreensivelmente, está ligado ao grau de cooperação em outras áreas abarcadas por sucessivos Convênios do Café. Os três períodos principais da promoção podem ser identificados como segue.

### **1. Comitê Mundial de Promoção do Café (CMPC)**

A primeira iniciativa de promoção totalmente internacional dos produtores foi o estabelecimento do CMPC na vigência do primeiro Convênio de curta duração (1959/60). Contribuições de 25 centavos de dólar dos EUA por saca dos produtores latino-americanos e de 15 centavos das colônias francesas e portuguesas na África foram fixadas. Na América do Norte, o CMPC funcionava através do BPAC e, na Europa, Japão e Austrália, através de comitês nacionais. Como o Convênio de 1962 – o primeiro Convênio de longa duração – previa a promoção em termos específicos, um novo CMPC foi devidamente criado, em agosto de 1964, pela Resolução número 45, que também criou um Fundo de Promoção. Decidiu-se que as atividades começariam em 1965/66. Usando fundos coletados através de taxas sobre as exportações, fez-se promoção genérica do café nos EUA, Canadá, 10 países europeus e Japão no período que termina em 1972/73, quando o Fundo de Promoção foi liquidado, devido à suspensão das cláusulas econômicas do Convênio de 1968.

Mais de US\$30 milhões foram gastos com promoção durante o período em exame. As atividades começaram a incluir trabalho em áreas como pesquisa de mercado e café e saúde, além de promoção propriamente dita. Um seminário sobre política de promoção foi

realizado na OIC em 1966, e uma transformação das campanhas puramente nacionais em outras mais genéricas foi sendo aceita gradualmente. Esta tendência, porém, foi interrompida no final de 1973 pela liquidação do Fundo de Promoção e a suspensão das atividades de promoção, em seguida à eliminação das cláusulas econômicas do Convênio.

## **2. Comitê de Promoção, 1976 a 1991**

O Artigo 47 do Convênio de 1976 previa a promoção genérica por meio de um Fundo de Promoção administrado por um Comitê de Promoção composto por todos os Membros exportadores, sob a presidência do Diretor-Executivo. Contribuições foram coletadas pela primeira vez em 1976/77 e 1977/78, depois reintroduzidas em 1982/83, continuando até o final de 1985/86. Um total de US\$71,5 milhões foi coletado, que, acrescido de juros, permitiu que mais de US\$91 milhões fossem gastos até o final de 1991. O Comitê criou uma Comissão de Gestão para agilizar seus processos decisórios e fortaleceu seus recursos humanos. Ao contrário de anos anteriores, quando a promoção se ocupava, sobretudo de campanhas genéricas, a despesa do novo Fundo se concentrava, como dispunha a Resolução número 4 do Comitê de Promoção, de 29 de setembro de 1979, em diversas atividades adicionais, a serem financiadas inteiramente pelo Fundo. Essas atividades incluíam pesquisas de mercado; campanhas de relações públicas; patrocínio de materiais educacionais e de informação; desenvolvimento de materiais sobre o preparo de café e sobre *catering*; e patrocínio de atividades destinadas a atrair os jovens para o consumo de café. Outras áreas que receberam atenção foram o impacto da qualidade e das preocupações com a saúde sobre o consumo. Contatos foram estabelecidos com especialistas e com associações científicas que atuam nessas áreas. De outubro de 1980 a março de 1981, o Diretor-Executivo e o pessoal do setor de Promoção da OIC se concentraram em um novo enfoque estratégico, que resultou na adoção da Resolução número 6, de 3 de abril de 1981. Embora delineasse novas iniciativas que não exigiriam parceria com o comércio dos países importadores, a Resolução número 6 também acolhia a cooperação. Em particular, ela dispunha sobre o estabelecimento de Centros do Café em Londres, Hamburgo, Paris e Estados Unidos, e sobre o desenvolvimento de um programa em cooperação com a National Coffee Service Association (NCSA), com vistas à expansão do consumo fora de casa.

### ***Centros do Café***

Na eventualidade, Centros do Café foram estabelecidos em Londres (1983), Oslo (Centro Nórdico – 1987), Paris (1986) e Washington (Coffee Development Group – 1983). Esses Centros iriam funcionar até 1991, tendo passado a se ocupar de atividades que geravam receita em seus últimos anos.

O **Centro do Café de Londres** funcionou no edifício de número 21 da Berners Street, ao lado da sede da OIC, possuindo um laboratório, um teatro e áreas para exposições, além de abrigar

a Biblioteca da OIC. O Centro tinha quatro áreas principais de atividades. A área de **educação e treinamento** se concentrava na produção de materiais educacionais para escolas, na capacitação de professores e em programas de treinamento para escolas de *catering*. Uma **Unidade de Provas** foi estabelecida e nela se criou um painel de avaliação sensorial, que elaborou um vocabulário-padrão da terminologia organoléptica aplicável ao café. Projetos centrados na qualidade foram financiados com recursos da Unidade, muitos deles a pedido dos países produtores. Uma série extensa de **informações e publicações** foi disponibilizada ao comércio, a pesquisadores e ao público em geral, em cooperação com a Seção de Informação da OIC, e diversas **exibições e demonstrações** foram organizadas para os Membros e para eventos ligados ao comércio.

O **Coffee Development Group (CDG)**, em Washington, iniciou suas atividades com a NCSA em programas para melhorar a qualidade do café servido nos locais de trabalho, operando através de uma unidade denominada Office Coffee Development Group (OCDG), ou Grupo de Desenvolvimento do Café nos Escritórios. As atividades de desenvolvimento do café eram realizadas por forças-tarefa, que, com a cooperação da indústria, promoviam as casas de café localizadas em cidades universitárias, o setor de serviços alimentares e, em particular, o setor de cafés especiais ou “gourmet”. Devem-se ao trabalho realizado nesta última área a formação da Specialty Coffee Association of America (SCAA) e a impressionante expansão do consumo de cafés especiais no segmento que se tornaria o mais dinâmico do mercado de café dos EUA.

O **Centro do Café de Paris** desenvolveu uma série extensa de serviços de informação e educação, adaptando, quando possível, os materiais desenvolvidos em Londres. Além de ser corresponsável pela publicação de um guia de restaurantes, o Centro de Paris participou de exposições para valorizar a imagem cultural do café na França.

O **Centro Nórdico do Café**, em Oslo, se originou no Centro do Preparo de Café de Oslo, que dera continuidade ao trabalho do antigo Instituto do Preparo de Café nos EUA, inicialmente estabelecido pelo BPAC. O Centro Nórdico patrocinou uma série completa de cursos de treinamento e de avaliações de equipamento de preparo de café, funcionando como ponto de coordenação para atividades promocionais em todos os países nórdicos.

Durante este período, a ênfase na qualidade foi um importante fator na orientação da promoção do consumo, e as questões de saúde receberam cada vez mais atenção.

### **Café e saúde**

A Resolução número 6 alocou US\$1 milhão para pesquisas científicas focalizando questões de saúde. Em vista da quantidade de relatórios negativos de cientistas, decidiu-se que era hora de dar publicidade aos benefícios de se tomar café. O Fundo, que trabalhara nesta

área com a National Coffee Association of USA (NCA), estabeleceu elos com o Comitê dos Efeitos Fisiológicos do Café, o Comitê PEC, integrado por cientistas a serviço da indústria europeia do café. Com a assessoria dos membros do Comitê, o Fundo financiou 12 projetos de pesquisa científica entre 1982 e 1991. Em 1988, os torrefadores europeus constituíram um Comitê Estratégico, que em 1990 se tornou o Instituto de Informação Científica sobre o Café (ISIC). Ao mesmo tempo, um Centro de Informação Científica sobre o Café (COSIC) foi estabelecido, com orientação de um assessor científico, apoiado por uma rede pan-europeia de comunicadores gerida por uma agência de relações públicas de Londres. A iniciativa foi bem acolhida, confirmando o valor do investimento do Fundo nesta área, e o Fundo cofinanciou o primeiro ano de operações do COSIC.

### **3. Promoção ao abrigo dos Convênios de 1994 e de 2001**

Mesmo sem prever contribuições, o Convênio de 1994 incluía entre seus objetivos o de “incentivar e ampliar o consumo de café”, e o Convênio de 2001 acrescentou o termo “promover”, ou seja, “promover, incentivar e ampliar...” O Comitê de Promoção, notando que ainda havia cerca de US\$4 milhões no Fundo de Promoção, constituiu um Grupo de Trabalho para formular recomendações sobre o uso desses recursos. O Grupo propôs a realização de um estudo sobre opções estratégicas para a promoção, em particular em “novos mercados” como a China e a Europa oriental. Com base nos relatórios dos consultores contratados para fazer o estudo, decidiu-se que as atividades deveriam se concentrar na China e na Rússia, em vista do potencial desses mercados. O objetivo seria conscientizar acerca do café, levando a um aumento do consumo. Um Grupo Diretor do projeto da China e da Rússia foi estabelecido. O Sr. Mick Wheeler, representante de Papua Nova Guiné, foi indicado para presidir o Grupo, e um Administrador, o Sr. Michael Heath, foi nomeado para gerir os projetos de promoção. Oportunamente, aprovação foi obtida para a realização de uma série de festivais do café (três em Moscou e três em Beijing e Xangai) no período de 1998 a 2000. Os festivais geraram considerável interesse positivo; a cooperação com o comércio foi muito construtiva; e o consumo de café continuou a se expandir.

Na vigência do Convênio de 2001, o Dr. Ernesto Illy foi eleito Presidente do Comitê de Promoção, continuando a presidi-lo até falecer em 2008, quando o Sr. Mick Wheeler o substituiu. Atendendo a uma solicitação do Conselho, o Comitê preparou um Plano de Ação para expandir o consumo, que o Conselho aprovou na sessão realizada em Cartagena, Colômbia, em setembro de 2003. Os países produtores de café, os mercados emergentes como a Rússia e a China, e os mercados tradicionais foram definidos como áreas para o desenvolvimento do mercado. A OIC desempenharia o papel de catalisadora na mobilização e coordenação de recursos. A dificuldade para obter recursos para esse tipo de trabalho foi notada. As principais ações que se concretizaram foram o desenvolvimento de um Guia Detalhado para Promoção do Consumo de Café, tomando como base a experiência brasileira,

e a formação de um Clube do Café (CoffeeClub) baseado na Internet, para facilitar as comunicações e divulgar ideias. Os dois projetos foram considerados particularmente úteis nos países produtores. Nos mercados tradicionais, a ação se concentrou no Programa “Positively Coffee”, concebido para pôr em relevo pesquisas positivas na área do café e da saúde, e no Programa de Educação sobre o Café para Profissionais da Saúde, concebido para divulgar informações a médicos e outros profissionais da área da saúde. Liderados pela Junta Consultiva do Setor Privado (JCSP), os dois projetos contaram com considerável apoio financeiro da indústria.

### **O Acordo de 2007**

A Promoção continua a figurar como tema importante no Artigo 25 do Acordo de 2007, que estabeleceu um Comitê de Promoção e Desenvolvimento de Mercado. Em setembro de 2012, o Comitê, agora presidido pelo Dr. Andrea Illy, apresentou um Plano de Promoção e Desenvolvimento de Mercado (documento [ICC-109-13](#)), que foi aprovado pelo Conselho como guia de referência para trabalho ulterior nesta área. O Presidente do Comitê explicou que o objetivo da promoção e desenvolvimento de mercado sob a égide da OIC se deslocaria para a promoção de valor e diferenciação por meio de uma rede de múltiplos parceiros, com duas metas estratégicas: promover valor, através de qualidade, saúde, sustentabilidade e diferenciação; e apoiar os países produtores na descomoditização do café, através de programas para elevar as receitas, dando especial atenção aos pequenos cafeicultores, com a OIC no papel de facilitadora e provedora de conhecimentos. Nenhum orçamento foi proposto, pois a ideia era de que a OIC funcionasse como catalisadora, desenvolvendo uma rede multiparticipativa de parceiros e agentes de promoção, que implementariam o plano voluntariamente. Dois eventos marcantes dariam a parceiros potenciais a oportunidade de se associar ao Plano: o 50.º aniversário da OIC no Brasil, em setembro de 2013; e a Expo 2015, em Milão, que, com o tema “Nutrir o Planeta, Energia para a Vida”, incluiria um “Grupo do Café”, em que países produtores e consumidores fariam a apresentação de toda a cadeia do café.

### **X. CONFERÊNCIAS MUNDIAIS DO CAFÉ**

O conceito das Conferências Mundiais do Café foi introduzido pela Resolução número 385, de 21 de julho de 1999, e mais tarde incorporado no Convênio de 2001, em seu Artigo 21. O objeto era congregar funcionários dos altos escalões governamentais com membros graduados do setor privado e especialistas para identificar e tratar de questões de interesse comum. Três Conferências, descritas abaixo, foram realizadas durante o primeiro meio século da OIC.

### **1.ª Conferência Mundial do Café**

#### **Londres, Reino Unido (17 a 19 de maio de 2001)**

A 1.ª Conferência Mundial do Café transcorreu em Londres de 17 a 19 de maio de 2001, sob a presidência do Dr. Jorge Cárdenas, Gerente-Geral da Federação Nacional dos Cafeicultores da Colômbia. Estiveram presentes mais de 450 líderes e decisores dos países produtores, principais empresas do setor privado e muitas outras organizações que se dedicam ao café. Os delegados ouviram apresentações sobre uma grande variedade de temas, e muitas ideias para resolver a crise de preços baixos naquela altura foram expostas. Novas informações sobre os efeitos positivos do consumo de café para a saúde foram divulgadas durante a Conferência, numa reunião de imprensa realizada em 18 de maio.

O Conselho mais tarde aprovou a Resolução número 400, instando em que as ideias apresentadas na Conferência tivessem seguimento. O Comitê do Programa da Conferência Mundial do Café reuniu-se e formulou diversas recomendações, que foram aprovadas pelo Conselho em maio de 2002 e incorporadas ao Plano de Ação Quinquenal da OIC.

### **2.ª Conferência Mundial do Café**

#### **Salvador, Brasil (23 a 25 de setembro de 2005)**

A 2.ª Conferência Mundial do Café realizou-se em Salvador, Brasil, de 23 a 25 de setembro de 2005, sob a presidência do Sr. Roberto Rodrigues, Ministro da Agricultura do Brasil. Dela participaram cerca de 1.200 cafeicultores e representantes de governos nacionais, do setor privado e de agências internacionais. Quase metade dos delegados procedia de 65 outros países. A Conferência foi aberta pelo Presidente da República do Brasil, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, na presença do Presidente da Colômbia, Sr. Álvaro Uribe, do Presidente de El Salvador, Sr. Elías Antonio Saca, do Governador da Bahia e do Diretor-Executivo da OIC. O principal tema foi “Lições que surgem da crise: Novos caminhos para o setor cafeeiro”. Mais de 20 oradores de alto nível falaram sobre uma gama de tópicos, cobrindo temas que iam das políticas cafeeiras numa economia de mercado aos meios para desenvolver a sustentabilidade da economia do café. O Presidente da Conferência apresentou uma sinopse preliminar do evento na 94.ª sessão do Conselho, realizada de 27 a 29 de setembro de 2005, e seu relatório final na sessão do Conselho de maio de 2006. Cópias de um CD-Rom com informações detalhadas sobre a Conferência, incluindo seu programa, apresentações e conclusões, foram distribuídas aos Membros da OIC presentes à 95.ª sessão do Conselho. Um documento passando em revista os temas analisados na Conferência foi distribuído para uso nas discussões sobre o futuro do Convênio de 2001 (documento [EB-3901/05 Rev. 1](#)).

### **3.<sup>a</sup> Conferência Mundial do Café**

#### **Cidade da Guatemala, Guatemala (26 a 28 de fevereiro de 2010)**

A Conferência Mundial do Café de 2010 da OIC realizou-se na Guatemala no período de 26 a 28 de fevereiro de 2010. Sob a presidência do Presidente da Guatemala, Sr. Álvaro Colom Caballeros, ela reuniu mais de 1.400 cafeicultores e representantes de governos, do setor privado e de agências internacionais dos 76 países Membros da OIC. A Conferência foi inaugurada pelo Presidente da Guatemala, com a participação do Presidente de Honduras, Sr. Porfirio Lobo. O Presidente de El Salvador, Sr. Carlos Mauricio Funes, participou da cerimônia de encerramento. Também presentes na cerimônia inaugural estavam o Secretário-Geral da UNCTAD, o Diretor-Gerente do Fundo Comum para os Produtos Básicos (FCPB), o Presidente da Anacafé, o Diretor-Executivo da OIC, o Presidente do Conselho Internacional do Café e Ministros da Agricultura de países Membros da OIC. O principal tema foi “Café para o futuro: rumo a um setor cafeeiro sustentável”, e mais de 30 oradores de alto nível falaram sobre questões que cobriram desde mudanças e tendências da oferta e demanda mundiais até a sustentabilidade ambiental e social. As conclusões preliminares da Conferência foram apresentadas na cerimônia de encerramento em 28 de fevereiro de 2010. O Conselho Internacional do Café examinou as conclusões e os resultados da Conferência em sua 105.<sup>a</sup> sessão, no período de 20 a 24 de setembro de 2010.

## **XI. RELAÇÕES COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS**

A OIC foi estabelecida através de uma Conferência das Nações Unidas em 1962 e, assim, pode ser vista como um organismo incluído na grande família da ONU. É, portanto, natural que laços estreitos existam com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o Fundo Comum para os Produtos Básicos (FCPB), o Centro de Comércio Internacional UNCTAD-OMC (CCI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

As relações com a FAO são estreitas desde o começo, com a realização do Estudo Tripartido e o comissionamento de pessoal da FAO para o Fundo de Diversificação. Mais tarde, a FAO atuou como Agência de Execução do Projeto (AEP) na implementação do Projeto da Prevenção da Formação de Mofos no Café do FCPB e da OIC. O CCI atuou como AEP na implementação do primeiro projeto do FCPB e da OIC (o Projeto do Café Gourmet), e a OIC colaborou estreitamente no preparo e difusão do Guia do Exportador do Café do CCI.

A OIC elabora documentos de política e relatórios sobre o setor cafeeiro que são amplamente divulgados a organizações tais como a UNCTAD, o G-8, a OMC e outras organizações que se ocupam de produtos básicos. Boas relações existem com organismos multilaterais de financiamento como o Banco Mundial e os Bancos Regionais

de Desenvolvimento. O Banco Mundial continua a cooperar estreitamente no contexto do Fórum Consultivo sobre Financiamento do Setor Cafeeiro, e a OIC cooperou na produção pelo Banco da publicação “A Situação do Café Sustentável”.

O importante programa de projetos cafeeiros desenvolvido com o FCPB é descrito na página 15 deste estudo. Outras instituições cafeeiras internacionais e locais designadas para supervisionar a implementação dos projetos do FCPB e da OIC incluem o CABI, a Associação dos Cafés Finos da África (AFCA), a Organização Interafricana do Café (OIAC), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Escritório de Serviços para Projetos das Nações Unidas (UNOPS).

## **XII. OIC – OS DECISORES**

Seria impossível mencionar todos que contribuíram para o trabalho e as realizações da OIC em seus primeiros 50 anos de existência ou fazer um relato adequado de seu trabalho. Por isso, os nomes dos delegados não são citados neste relato, embora constem nos documentos apropriados da OIC. Na medida em que os registros o permitem, porém, inclui-se aqui uma seleção dos nomes dos membros da Secretaria, que de outra forma ficariam sem registro. A principal interface entre a Secretaria e os Membros é o Diretor-Executivo; por isso julgou-se apropriado incluir aqui mais informações sobre os ocupantes do cargo.

### **DIRETORES-EXECUTIVOS**

#### **João Oliveira Santos (1963 a 1968)**



O primeiro Diretor-Executivo da OIC foi um economista brasileiro, o Sr. João Oliveira Santos, que havia sido Diretor-Adjunto do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da União Pan-Americana. Mais tarde ele também havia sido Secretário-Geral do Convênio Internacional do Café de curta duração e do Grupo de Estudos do Café, tendo-se ocupado do café na União Pan-Americana desde 1955. Depois de deixar a OIC, ele foi Diretor do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

#### **Cyril Spencer (Março de 1968)**

Após exercer as funções de Diretor-Executivo Adjunto, o Sr. Spencer, cidadão britânico e ex-Secretário-Geral da Organização Interafricana do Café (OIAC), foi formalmente nomeado Diretor-Executivo por um mês, em março de 1968.

### **Alexandre Fontana Beltrão (1968 a 1994)**



O Diretor-Executivo que mais tempo esteve em exercício foi o Sr. Alexandre Beltrão. Nascido em 1924 em Curitiba, Paraná, Brasil, ele foi educado no Instituto Santa Maria; na Universidade de São Paulo; e na Escola Nacional de Engenharia, no Rio de Janeiro. Ele assumiu seu primeiro cargo em 1948, como engenheiro assistente, no Departamento de Mecânica dos Solos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, em São Paulo. Seu treinamento continuou, em 1950 e 1951, no Institut National d'Aérophotogramétrie, Ministère de la Reconstruction, em Paris; e no Ministério de Obras Públicas, em Londres. Ele foi fundador e diretor da SPL Planning Services Ltd; observador do Governo do Estado do Paraná na Conferência Internacional do Café das Nações Unidas; assessor especial do presidente do Instituto Brasileiro do Café, em 1964; e chefe do escritório do Instituto Brasileiro do Café em Nova Iorque. O Sr. Beltrão, cujas publicações incluem "O Paraná e a economia do café", de 1963 (ensaio), e "A economia dos Estados do Paraná, Pará e Ceará", de 1958, é Comendador da Ordem do Rio Branco. Sempre interessado na promoção do consumo de café, o Sr. Beltrão contribuiu para o lançamento nos EUA, nos anos 80, do Coffee Development Group, que promoveu com sucesso o consumo de café de qualidade, e ajudou a orientar a Specialty Coffee Association of America em seus primeiros anos. Ele foi Diretor-Executivo da OIC de 1.º de abril de 1968 a 30 de setembro de 1994.

### **Celsius Antonio Lodder (1994 a 2002)**



O Sr. Lodder, um economista brasileiro, foi Diretor-Executivo de 1.º de outubro de 1994 a 28 de fevereiro de 2002. Nascido em Nova Lima, Minas Gerais, em 18 de maio de 1944, ele estudou no Brasil e na Holanda e foi professor de Economia na Universidade Federal de Minas Gerais. No Brasil, ele chefiou a Superintendência Nacional do Abastecimento e foi Secretário de Política Comercial dos Ministérios da Fazenda e da Indústria e Comércio, desempenhando um papel muito importante na coordenação da política cafeeira do Brasil durante vários anos. Ele havia sido um membro frequente, ou chefe, da delegação do Brasil às reuniões da OIC.

### **Néstor Osorio Londoño (2002 a 2010)**



O Dr. Néstor Osorio, um cidadão da Colômbia, formou-se em Direito pela Universidade del Rosario, de Bogotá, em 1970. Em 1974, obteve o título de Doutor em Direito Administrativo pela Universidade de Paris e o Diploma do Instituto Internacional de Administração Pública. De 1974 a 1978, desempenhou os cargos de Assessor Jurídico, Secretário-Geral e Diretor-Adjunto do Departamento Nacional de Planejamento da Colômbia. De 1978 a 1994, foi chefe da delegação da Colômbia na (OIC). Também foi

Presidente da Comissão de Finanças da OIC, Diretor do Escritório Europeu da Federação Nacional dos Cafeicultores da Colômbia em Bruxelas e Gerente-Geral da “Café Mondial”. De agosto de 1994 a dezembro de 1999, foi o primeiro Embaixador e Representante Permanente da Colômbia na Organização Mundial do Comércio (OMC). Na OMC, foi Presidente do Órgão de Exame das Políticas Comerciais.

O Dr. Osorio foi Diretor-Executivo da OIC de 1.º de março de 2002 a 31 de outubro de 2010, deixando seu cargo por ter sido nomeado Embaixador da Colômbia nas Nações Unidas. Nas Nações Unidas, ele foi membro e, posteriormente, Presidente do Conselho de Segurança.

### **Robério Oliveira Silva (2011 – presente)**



Formado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais no Brasil, o Sr. Robério Oliveira Silva se dedicou à área de produtos de base, especialmente ao café. Com 25 anos de experiência tanto no setor público como no setor privado, ele exerceu os cargos de Diretor do Departamento do Café do Ministério Brasileiro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretário de Produtos de Base do Ministério Brasileiro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Secretário-Executivo da Câmara Brasileira de Comércio Exterior (CAMEX); Secretário-Geral da Associação dos Países Produtores de Café; e Secretário-Geral da Federação Brasileira de Exportadores de Café.

O Sr. Robério Oliveira Silva assumiu o posto de Diretor-Executivo da Organização Internacional do Café em 1.º de novembro de 2011.

**Nota:** O Sr. José Dauster Sette, do Brasil, atuou como Diretor-Executivo Interino da OIC de 1.º de novembro de 2010 a 31 de outubro de 2011.

## **FUNCIONÁRIOS SELECIONADOS DA SECRETARIA**

### **DIRETORES-EXECUTIVOS ADJUNTO**

- Thomas Mackenzie Loudon (1968 a 1988)
- Cyril Spencer (1963 a 1968)

### **CHEFES DE DIVISÃO**

#### ***Divisão de Operações***

- Mauricio Galindo (Janeiro 2013 – presente)
- José Dauster Sette (2007 a 2012)
- Pablo Dubois (1997 a 2007)

#### ***Serviços de Secretaria***

- Pablo Dubois (1992 a 1997)
- Peter Knox
- Manuel Mendes Silva

#### ***Chefe do Fundo de Diversificação***

- Hernán Uribe

#### ***Chefe da Seção de Controles e Serviços de Estatística***

- Marc Van de Steene (1965 a 1988)

#### ***Divisão de Finanças e Administração***

- David Moorhouse (2004 – presente)
- Alistair Tainsh (1989 a 2003)
- Robert Hagen (1996 a 1998)
- Geoffrey Seaton (1968 a 1996)

### **CHEFES DE SEÇÕES E UNIDADES E OUTROS FUNCIONÁRIOS GRADUADOS**

- Owusu Akoto (Economista 1977 a 1994)
- Nelson Ayala (Produção)
- Lino Bondonno (Impressor-Chefe)
- Marianne Bradnock (Administradora da Biblioteca 1990 a 1995)
- Sayuri Carbonnier (Economista)

- Alan Cheer (Encarregado do Pessoal e dos Serviços Gerais 1964 a 1987)
- Karin Cheer (Assistente Pessoal do Diretor-Executivo 1965 a 1996)
- Alejandro Feria Morales (Chefe da Unidade Técnica 1985 a 1993)
- Guillermo Fernández (Chefe da Seção de Serviços de Idiomas e Documentos 1965 a 1993)
- Isabel Gandarillas (Oficial de Documentos)
- Anthony Hargreaves (Chefe da Seção de Processamento de Dados)
- George Hartmann (Oficial de Controle)
- Héctor Hawkins (Economista)
- Michael Heath (Administrador de Projetos de Promoção 1997 a 2001)
- Héctor Jaramillo (Economista)
- Nissar Jhaveri (Estatístico)
- Richard Kingsbury (Intérprete/Tradutor 1965 a 1994)
- Danièle Legaud (Chefe de Seção de Documentos e Repografia 1968 a 2004)
- Carmen Maqueda (Chefe do Pessoal e Administração dos Escritórios 1971 a 2009)
- Richard Marks (Chefe dos Serviços de Informação 1971 a 2008)
- Kerry Muir (Economista)
- Trevor Nash (Supervisor de Repografia 1970 a 2009)
- Fernando Pérez-Barreiro (Tradutor-Chefe 1968 a 1993)
- Marsha Powell (Oficial de Promoção 1979 a 1990)
- Neil Price (Programador)
- Alejandro Renjifo (Economista)
- Antonio Santos (Tradutor-Chefe)
- M. Satyanarayana (Estatístico-Chefe)
- Garry Slark (Contador-Chefe 1969 a 1991)
- John Steward (Chefe de Controle)
- Jordi Valls-Jove (Protocolista/Escriturário 1970 a 2007)
- John Walker (Administrador de Rede 1988 a 1997)
- Martin Wattam (Oficial de Biblioteca/Informação 1985 a 2012)
- Erico Whitbrook (Assistente Técnico 1969 a 2003)
- Catherine Winchester (Assistente do Oficial de Informação 1982 a 1991)

#### **ATUAIS FUNCIONÁRIOS DA OIC**

- Sam Ade-Jones (Assistente Técnico/Porteiro)
- Teresa Barro (Tradutora Externa)
- Kevin Buckley (Operador de Repografia)
- Vanessa Cacere (Assistente de Documentos – Português)
- Ivan Carvalho (Estatístico)
- Thomas Copple (Oficial de Pesquisa)

- Darcio De Camillis (Assistente de Biblioteca/Pesquisa)
- Pascale Deschamp (Assistente Administrativa)
- Nicola Doyle (Assistente de Finanças)
- Hamida Ebrahim (Assistente Pessoal do Diretor-Executivo)
- Pascale Evans (Assistente de Informação)
- Antonio Fornazaro (Tradutor Externo)
- Sean Garden (Oficial de Finanças/Informática)
- Mirella Glass (Oficial de Documentos)
- Patricia Hurtado (Administradora dos Escritórios)
- Maria Rosa Lavrencic (Assistente Sênior de Estatística)
- Alain Licheron (Tradutor Externo)
- Suzette Macedo (Tradutora Externa)
- Ana María Mackay (Assistente de Documentos – Espanhol)
- Malcolm Munt (Assistente Sênior de Estatística)
- Denis Seudieu (Economista-Chefe)
- Maxwell Shee (Porteiro)
- Jonas Tiéro (Assistente de Documentos – Francês)
- Lilian Volcán (Oficial de Projetos)
- Helen Wright (Oficial de Secretaria)

### **XIII. OBSERVAÇÕES FINAIS**

O investimento necessário para manter a Organização Internacional do Café naturalmente não é pequeno. O atual Orçamento Administrativo de 2012/2013 requer contribuições, que são fixadas com base nos votos dos Membros, num total de £3,1 milhões (cerca de US\$4,7 milhões). A esse total é preciso acrescentar custos de participação, como os das viagens dos delegados e da implementação de medidas e obrigações convencionadas. Mesmo na segunda fase da vida da Organização, porém, os retornos são claramente positivos, com uma amplitude que vai da mobilização de mais de US\$100 milhões em financiamento para projetos (ver página 15) aos benefícios que advêm dos projetos e outras iniciativas da OIC.

O trabalho da Organização sempre se concentrou na promoção da cooperação internacional para beneficiar a economia cafeeira mundial. É possível avaliar os benefícios desse trabalho em dois períodos distintos. Nos primeiros 25 anos, ele envolveu a regulamentação do mercado, justificada pelas limitações que entravavam ajustes benéficos que, em outras áreas de atividade econômica, podiam ser auferidos das forças do mercado livre. Havia muito em jogo: os benefícios econômicos, particularmente para os países produtores, eram grandes.

A negociação das faixas de preços, quotas globais e participações de mercado eram disputadas entre países com interesses específicos que podiam ser muito diferentes. Muitas vezes a contagem do tempo foi interrompida à meia noite na sede da OIC, para que os delegados, mantidos em vigília por copiosas quantidades da bebida que motivava suas discussões, pudessem chegar a acordo dentro dos prazos estabelecidos. A intervenção de cada um era clara e cautelosa, para que os intérpretes transmitissem suas mensagens aos demais delegados nos quatro idiomas oficiais da Organização. A tensão aumentava, mas, quando se alcançava o acordo visado, sobrevinha uma sensação palpável de realização.

Claro que esse sistema se caracterizava por algumas facetas rígidas que, para exemplificar, não incentivavam uma variedade mais ampla e inovadora de produtos. O clima político nos países industrializados desfavorecia a regulamentação, e as tensões foram aumentando até o ponto em que o sistema entrou em colapso. O aspecto interessante da metade seguinte da vida da Organização, contudo, foi a identificação de diversas outras formas de trazer benefícios à economia cafeeira mundial através de cooperação internacional e, ao mesmo tempo, a tomada de consciência de que a OIC desfrutava de uma posição ideal para facilitar esse processo. No desenvolvimento de projetos, por exemplo, a concentração em café, ao contrário da concentração em países, permite direcionar melhor as metas visadas e divulgar com mais eficácia os resultados obtidos do que se conseguiria por meio de projetos bilaterais concentrados num único país. À medida que os Membros tomavam consciência desse potencial, a gama das atividades aqui descritas foi-se expandindo. A OIC tem respondido aos novos desafios com rapidez e eficácia. Isso comprova o grande valor que ela representa em relação aos custos do prosseguimento dos serviços que ela esta apta a prestar à comunidade cafeeira mundial nos próximos cinquenta anos.

#### **XIV. BIBLIOGRAFIA SELECIONADA**

- FURTADO, Celso – *Formação econômica cafeeira do Brasil*. 24.<sup>a</sup> ed. São Paulo; Companhia Editora Nacional; 1991.
- HOLLOWAY, Thomas – *The Brazilian coffee industry and the first valorization scheme of 1906-07*. Madison, Wisconsin, University of Wisconsin-Madison, 1971.
- KEYNES, John Maynard – *The Policy of Government Storage of Foodstuffs and Raw Materials*. Economic Journal, Setembro 1938.
- NEWBERY, David M. and STIGLITZ, Joseph E. – *The Theory of Commodity Price Stabilization: A study in the economics of risk*. Oxford: Clarendon Press, 1981.

- UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND EMPLOYMENT HELD AT HAVANA, CUBA FROM NOVEMBER 21, 1947, TO MARCH 24, 1948. *Final act and related documents*. Lake Success, New York, Interim Commission for the International Trade Organization, 1948.
- FISHER, Bart S. – *The International Coffee Agreement: a study in coffee diplomacy*. New York, London: Praeger; [Distributed by Pall Mall Press], 1972.
- TALBOT, J.M. – *Grounds for Agreement: the political economy of the coffee commodity chain*. Berkeley: University of California, 2002.
- CHRISPEELS, Erik – *Commodity organisations in transition*. London: Cameron May, 2002.

### Agradecimentos

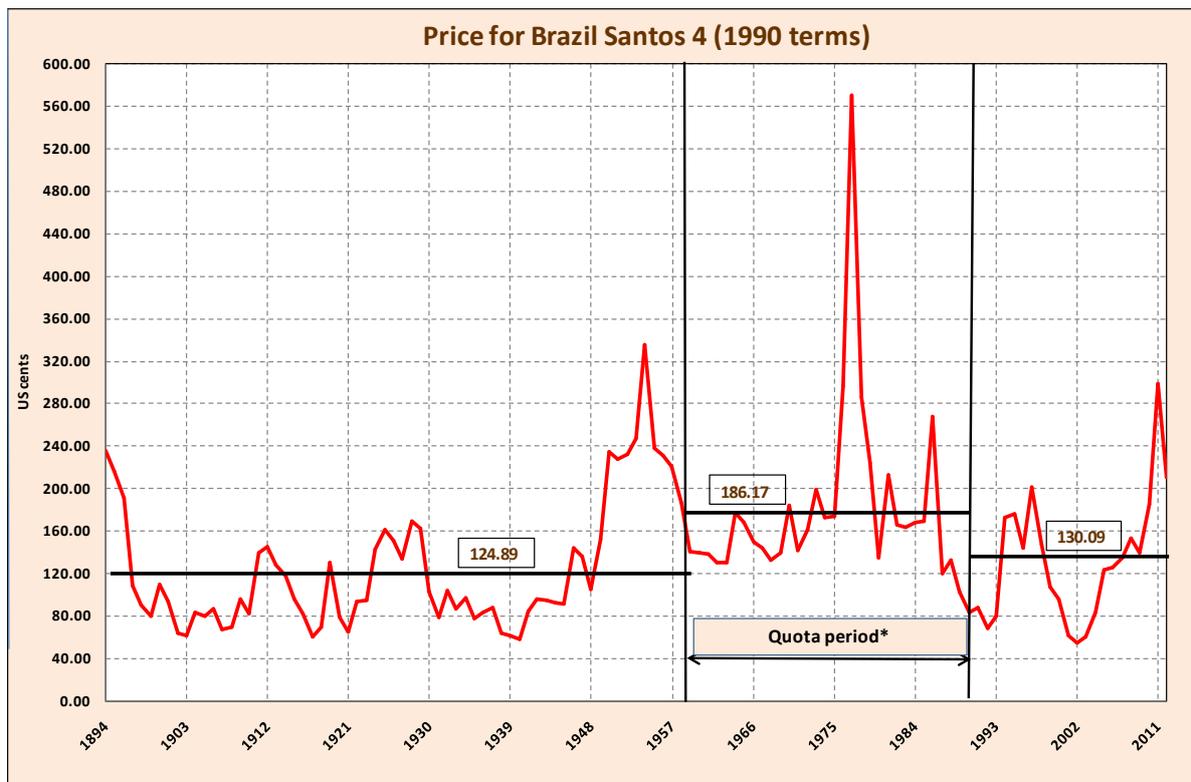
Eu gostaria de agradecer a cooperação constante e irrestrita do Diretor-Executivo da OIC, Sr. Robério Oliveira Silva, e de seus funcionários durante o preparo deste trabalho. No tocante ao primeiro período, também gostaria de registrar minha gratidão por um memorando de grande utilidade, não publicado, sobre o começo da história da OIC, que o falecido Sr. Peter Knox preparou em 1987. **Pablo Dubois**

**PARTICIPAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ  
CONVÊNIO INTERNACIONAL DO CAFÉ DE 1962 E ACORDO INTERNACIONAL DO CAFÉ DE 2007  
(AOS 6 DE AGOSTO DE 2013)**

<b>Convênio de 1962</b>	<b>AIC 2007</b>	<b>Convênio de 1962</b>	<b>AIC 2007</b>
<b>Membros Exportadores</b>	<b>Membros Exportadores</b>	<b>Membros Importadores</b>	<b>Membros Importadores</b>
Angola (ex província de Portugal)	Angola	Argentina	
Benin (Daomé em 1962)	Benin*	Austrália	
Bolívia	Bolívia, Estado Plurinacional da	Canadá	
Brasil	Brasil	Chile	
Burundi	Burundi	Estados Unidos da América	Estados Unidos da América
Camarões	Camarões	Israel	
Colômbia	Colômbia	Japão	
Congo, Rep. Dem. do (Zaire)	Congo, Rep. Dem. do*	Nova Zelândia	
Congo, Rep. do		Noruega	Noruega
Costa Rica	Costa Rica	Suíça	Suíça
Côte d'Ivoire (Costa do Marfim)	Côte d'Ivoire	Tunísia	Tunísia
Cuba	Cuba		Turquia
El Salvador	El Salvador	<i>União Europeia</i>	<i>União Europeia</i>
Equador	Equador	Alemanha	<i>Alemanha</i>
Etiópia	Etiópia	Áustria	<i>Áustria</i>
	Filipinas	Bélgica	<i>Bélgica</i>
Gabão	Gabão		<i>Bulgária</i>
Gana	Gana	Chipre	<i>Chipre</i>
Guatemala	Guatemala		<i>Croácia</i>
Guiné	Guiné*	Dinamarca	<i>Dinamarca</i>
Haiti			<i>Eslováquia</i>
Honduras	Honduras		<i>Eslovênia</i>
	Íemen	Espanha	<i>Espanha</i>
Índia	Índia		<i>Estônia</i>
Indonésia	Indonésia	Finlândia	<i>Finlândia</i>
Jamaica		França	<i>França</i>
Libéria	Libéria		<i>Grécia</i>
Madagáscar	Madagáscar*		<i>Hungria</i>
	Malauí		<i>Irlanda</i>
México	México	Itália	<i>Itália</i>
Nicarágua	Nicarágua		<i>Letônia</i>
Nigéria	Nigéria*		<i>Lituânia</i>
Panamá	Panamá	Luxemburgo	<i>Luxemburgo</i>
	Papua Nova Guiné		<i>Malta</i>
Paraguai	Paraguai*	Países Baixos	<i>Países Baixos</i>
Peru			<i>Polônia</i>
Portugal			<i>Portugal</i>
Quênia	Quênia	Reino Unido	<i>Reino Unido</i>
República Centro-Africana	República Centro-Africana	República Tcheca (Tchecoslováquia em 1962)	<i>República Tcheca</i>
República Dominicana			<i>Romênia</i>
Ruanda	Ruanda	Suécia	<i>Suécia</i>
Serra Leoa	Serra Leoa	URSS	
Tailândia	Tailândia		
Tanzânia	Tanzânia		
	Timor-Leste		
Togo	Togo		
Trinidad e Tobago			
Uganda	Uganda		
Venezuela			
	Vietnã		
	Zâmbia		
	Zimbábue		
<b>(44)</b>	<b>(44)</b>	<b>(26)</b>	<b>6 (34)</b>

\* Governo signatário do Acordo de 2007.

### COTAÇÃO DO SANTOS 4 DO BRASIL (VALORES DE 1990)



\* As quotas estiveram suspensas entre 1.º de outubro de 1972 e 30 de setembro de 1980 e entre 18 de fevereiro de 1986 e 5 de outubro de 1987. Levaram a sua suspensão, principalmente, as altas de preços causadas por severas geadas e estiagens no Brasil. O mecanismo de quotas subjacente, enquanto isso, não deixou de existir.

### UMA SESSÃO DO CONSELHO



50  
anos



**ORGANIZAÇÃO  
INTERNACIONAL  
DO CAFÉ**

22 Berners Street – Londres W1T 3DD – Reino Unido

[www.ico.org](http://www.ico.org)